

ALEXANDRE MONTEIRO BARBOZA



IMPrensa  
HISTÉRICA,  
INFORMAÇÃO  
PREJUDICADA

Uma análise  
da cobertura  
carioca no  
11 de setembro

# IMPrensa HISTÉRICA, INFORMAÇÃO PREJUDICADA

*Uma análise da cobertura carioca no 11 de setembro*

ALEXANDRE MONTEIRO BARBOZA



IMPrensa  
**HISTÉRICA,**  
INFORMAÇÃO  
PREJUDICADA

Edição e revisão:

ALEXANDRE MONTEIRO BARBOZA E ROBERTO PONTES

Capa, projeto gráfico e diagramação:

RODRIGO QUEIROZ

Texto da última capa:

ROBERTO PONTES

Impressão:

ARMAZÉM DIGITAL

Contatos com o autor:

E-MAIL: alexamonteiro@uol.com.br

BLOG: <http://imprensahistorica.zip.net>

[Barboza, Alexandre Monteiro]

Imprensa histórica, informação prejudicada. Uma análise da cobertura carioca no 11 de setembro. Rio de Janeiro. Armazém Digital. 2005.

7951

Todos os direitos reservados ao autor.

As entrevistas com os jornalistas Ricardo Boechat, Júlia Sant'Anna, Eliane Cantanhêde, Nilson Lage, Bernardo Ajzenberg, Flávio Henrique Lino e o sociólogo Ronaldo Helal, foram realizadas entre 2002 e 2003.

*In memoriam*

Jane Lucy Monteiro Barboza

### **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer a todas as pessoas que me ajudaram a concretizar este projeto.

A minha família, Alcenir Monteiro Barboza, Anadir da Silva Monteiro e Geraldo Maciel Barboza; ao mestre e amigo, Ricardo Benevides; a minha namorada, Barbara Lisbôa; aos meus amigos, Rômulo Moraes e Rodrigo Queiroz, e também ao grande irmão e mentor, Roberto Pontes.

## ÍNDICE

RESUMO .....	8
INTRODUÇÃO .....	10
O ATENTADO .....	14
<i>Como tudo começou</i> .....	14
<i>A espetacularização da notícia</i> .....	18
<i>A opinião dos jornais no 11 de setembro</i> .....	34
DESDOBRAMENTO DO ATENTADO .....	52
<i>O código de ética e a cobertura jornalística</i> .....	52
<i>A descontextualização e a manipulação da notícia</i> .....	68
ANÁLISE DOS FATOS .....	76
<i>Declarações de jornalistas e correspondentes</i> .....	76
CONCLUSÃO .....	82
NOTAS .....	84
GLOSSÁRIO .....	88
LEITURAS SOBRE O TEMA .....	89

## RESUMO

**A** edição extra sobre a cobertura da imprensa no 11 de setembro de 2001 mobilizou editoriais e jornalistas de dois dos principais jornais do país, *O Globo* e *Jornal do Brasil*. E também chamou a atenção para o reflexo do acontecimento nas redações e no trabalho jornalístico.

O livro procura analisar o posicionamento editorial, as fontes jornalísticas, as agências de notícias e o trabalho dos correspondentes no exterior.

Informação não-consistente e perguntas não-formuladas previamente fizeram parte do processo de elaboração de um novo clichê. Faltaram explicações consideradas básicas no jornalismo: como os autores do atentado passaram pela revista portando facas, canivetes e estiletos? E os sistemas de emergência? Por que não foram acionados? O objetivo do livro é investigar as falhas na cobertura e trazer subsídios para uma discussão sobre a imprensa carioca, levantando a hipótese de ela estar mais voltada para a venda de jornal, deixando de lado a produção de notícias embasadas e de conteúdo informativo, analítico, contextualizado e social.

Uma análise no estilo de uma reportagem abordará a histeria nas redações, a razão da imprensa ter preferido as informações oficiais, cuja orientação ideológica incentivava em alguma medida uma campanha de vingança e retaliação, apontando o principal culpado: Osama bin Laden. Os jornais deixaram se envolver em especulações sobre uma suposta Terceira Guerra Mundial, sem ao menos ter sido feita uma análise do contexto histórico e social dos países envolvidos no atentado, e da suposta vítima: os EUA.

*O Globo* e *Jornal do Brasil* quiseram sair na frente com a notícia, mas, segundo alguns analistas, esqueceram o código de ética na gaveta, perdendo de vista o dever do jornalista de mostrar todas as versões do fato, analisar os conflitos, as hipóteses e os interesses de cada país.

O livro reúne depoimentos inéditos de alguns dos principais jornalistas do Brasil, tais como Ricardo Boechat, Eliane Cantanhêde, Nilson Lage, Bernardo Ajzenberg, entre outros.

## INTRODUÇÃO

Um dos aspectos mais relevantes na análise do jornalismo é em relação aos cadernos especiais publicados no 11 de setembro de 2001. Mas outras questões foram contempladas no desenvolvimento do trabalho, considerando a abrangência dos métodos de investigação utilizados.

O estudo foi dividido em pesquisa bibliográfica e entrevistas por e-mail, com profissionais da área de jornalismo e de ciências sociais. Ao todo, foram entrevistados sete jornalistas de alguns dos mais renomados veículos de comunicação do país e um sociólogo. Além deste conteúdo, serviram de base para a análise obras sobre jornalismo, comunicação social, história, uma enciclopédia, um dicionário de propaganda e jornalismo, e também, jornais, artigos publicados na internet e revistas. A intenção é a de não restringir o campo aqui analisado, mas permitir vislumbrar outras possibilidades de interpretação para o fenômeno investigado.

O livro foi composto de três momentos: num primeiro, há a tentativa de fazer uma retrospectiva da tragédia, suas conseqüências, detalhes sobre o atentado e informações que não foram divulgadas pela imprensa naquele dia. Também é apresentado o ambiente das redações e como um acontecimento de grandes proporções – caso do ataque às torres gêmeas – mobilizou jornalistas de todas as editorias, tradutores e articulistas, para que fosse produzida uma edição extraordinária. Além, é claro, de ter sido feita uma análise das matérias publicadas pelos jornais, dos títulos que incitavam uma guerra contra o *terror* e textos publicados de agências de notícias. Com base em artigos de intelectuais que criticaram a intenção da imprensa em promover gritos de guerra, poderemos acompanhar o comportamento dos jornais brasileiros, influenciados pela mídia americana, e como apresentaram uma posição ideológica, em seus editoriais, favorável à retaliação dos supostos países envolvidos no atentado.

Dos editoriais contundentes ao código de ética do profissional de jornalismo, as edições extraordinárias também mostraram as deficiências da imprensa carioca em procurar apresentar os dois lados: a vítima e o suposto culpado. Nesse segundo momento, os jornais podem ter se esquecido de contextualizar os fatos. Na verdade, o que havia sido publicado até aquele momento era o fato de o terrorista saudita Osama bin Laden ser o principal suspeito. Informações históricas sobre a cultura e pessoas passando fome nos países árabes, futuras perseguições aos residentes árabes nos EUA, e até mesmo um paralelo com a Guerra do Golfo, entre outros possíveis temas, não foram mencionados pelos jornais aqui analisados. A imprensa americana parece ter promovido uma campanha de vingança, e os jornais brasileiros acompanharam esta propaganda ideológica. Outro caso que chamou muito a atenção foi a manipulação de informações por parte da imprensa americana e o peso que ela exerce no Estado e conseqüentemente no mundo.

Na terceira parte deste trabalho, profissionais de comunicação, jornalistas e sociólogo percorreram, por meio de entrevistas pessoais, sobre os atentados ao World Trade Center e analisaram a postura da imprensa no fatídico 11 de setembro de 2001. Algumas declarações são bem significativas sobre como o tema pode ser controvertido. Perguntado sobre o porquê de uma edição extra, já que a Guerra do Golfo e a queda do Muro de Berlim não tiveram o mesmo tratamento, o jornalista Ricardo Boechat foi categórico: “A guerra do Golfo não se compara, em importância histórica, ao 11 de setembro. A queda do Muro de Berlim foi um dos capítulos da vitória capitalista sobre o comunismo, não seu fato detonador ou determinante. Talvez simbolize teatralmente o desfecho da luta entre os dois blocos que dividiram o poder global no século XX (mas outros episódios também carregam essa marca dramática, como o fim da União Soviética, por exemplo). **Já a Segunda Guerra não mereceu uma edição extraordinária, mas provavelmente centenas delas em todo o mundo, algo absolutamente justificável diante**

da magnitude do conflito. A bomba de Hiroxima, por sua vez, não terá recebido atenção menor da imprensa, quer ao seu tempo, quer por décadas seguidas, representando o encontro da Humanidade com a descoberta de sua capacidade de autodestruição total. No caso do *JB* e do *O Globo*, não sei se foram feitas edições extras dedicadas ao conflito 1939/1945, mas é bom lembrar que *O Globo* era um jornal vespertino naquela época e que, portanto, edições extraordinárias não faziam tanto sentido, já que toda a jornada do dia estava coberta por tiragens de veículos concorrentes, que saíam de manhã, à tarde e até a noite. Você parece excessivamente interessado num detalhe que até agora não consegui considerar relevante. Afinal, por que as edições extraordinárias de 11 de setembro lhe estimulam tantas dúvidas? Insisto em que sua curiosidade deve voltar-se para os jornais que não tomaram aquela iniciativa, já que todos os que o fizeram esgotaram as tiragens rapidamente, prova incontestável de que o público ansiava por mais informações e análises sobre o acontecimento”.

Segundo o professor Nilson Lage, os cadernos especiais tiveram o seu lado positivo, pois mostraram agilidade industrial. Porém, na opinião de Lage, os jornais apenas colocaram no papel informações que já haviam sido divulgadas pela TV e internet. “Há várias maneiras de considerar o assunto. O lado positivo das edições foi que mostraram presença no mercado e agilidade industrial. Edições bastante ricas foram preparadas (com antecedência) para o lançamento do foguete à lua, em 1968 e para outros eventos programados, mas, assim de repente, numa empresa grande como *O Globo*, uma edição extra é como, para um elefante, dançar o *Lago dos Cisnes*. O lado negativo é que nada havia efetivamente que ler ou ver, já que televisão e internet faziam a festa e a interpretação ou investigação, que são hoje a essência do jornalismo impresso, não tinham espaço-tempo para se realizar. Mas esse rio tem três lados. O terceiro. Mais importante, é que faltaram edições extras quando os americanos arrasaram o Afeganistão, quarto país do mundo em mortalidade infantil, ou faltam a cada vez que

Israel ou a CIA usam helicópteros para assassinar pessoas, sem prova de culpa, sem burocracia e sem passar pelo escritório do xerife. Isso dá a medida da cotação da vida humana na geoeconomia do nosso tempo”.



## O ATENTADO

### *Como tudo começou*

**T**erça-feira, 11 de setembro, 8h45, horário de Nova York. Um Boeing 767 da American Airlines (que saía de Boston rumo a Los Angeles) é seqüestrado e se choca contra uma das torres do World Trade Center, matando 81 passageiros e 11 tripulantes; em seguida, mais uma aeronave, um Boeing 767 da United Airlines (fazia a rota Boston/Los Angeles) atinge outra torre, e 65 pessoas que estavam a bordo morreram. Horas depois o prédio do pentágono também é atingido pelo Boeing 757 da American Airlines (que decolou do aeroporto de Dulles, em Washington, com destino a Los Angeles); morreram 64 pessoas que estavam dentro da aeronave. Mais um avião 757 da United Airlines, que caiu a sudoeste de Pittsburgh (decolou de Iam de Newark, no estado New Jersey, com direção a San Francisco, Califórnia), matou 38 passageiros e sete tripulantes.

Principais edifícios públicos dos EUA, como a Casa Branca, o Pentágono, o Congresso e o Capitólio, foram evacuados. Parques turísticos tiveram que ser fechados. O alerta se estendeu às usinas geradoras de eletricidade e aos dutos de petróleo e gás. Todos os aviões que sobrevoavam o país (foram quatro mil aviões, e todos os aeroportos americanos fechados) aterrissaram em um aeroporto mais próximo. No Brasil, os vôos das aeronaves com destino a Miami, Washington e Nova York foram cancelados. O presidente americano George W. Bush, que foi levado a uma base aérea do Estado de Nebraska, e logo depois a Washington, disse à imprensa que o choque dos aviões contra as torres gêmeas havia sido um atentado terrorista. Para Bush, os responsáveis por atos aos quais chamou de terrorismo seriam perseguidos e punidos. Assim como Bush, o papa João Paulo II foi a favor de uma ofensiva americana no Afeganistão em represália aos atentados.

A queda das torres gêmeas fez a economia do mundo parar. A bolsa de Nova York, onde são negociadas mais de 200 milhões de ações de três mil empresas, 35 brasileiras, e considerada a maior do planeta, fechou as portas. A bolsa de São Paulo suspendeu suas operações. O mercado mundial começava a especular o futuro da economia americana. Preocupado com os rumores da alta do dólar, o presidente Fernando Henrique Cardoso determinou a intervenção do Banco Central. O objetivo era conter o aumento da moeda, que na época chegava a R\$ 2,66. Mas não foi só a economia que corria o risco de um colapso, as empresas de telefonia como a Intelig e a Embratel disponibilizaram um serviço de 0800, 24 horas por dia, com os seguintes serviços: informações de números de telefone no exterior, agendamento de chamadas, intérprete e tele-recado para os brasileiros com parentes nos EUA, devido aos congestionamentos das operadoras americanas. O caos foi tão grande que o vice-presidente de Marketing da Embratel, Eduardo Levy, disse que somente 15% das ligações eram completadas. A assessoria de imprensa da Intelig, assim como da Embratel, não sabia informar o número de chamadas feitas para os EUA.

Não é a primeira vez que as torres gêmeas são vítimas de um suposto atentado terrorista. Em 26 de fevereiro de 1993, um carro-bomba colocado na rampa de uma garagem, a 30 metros de profundidade, matou seis pessoas e deixou cerca de mil feridas. Na época, extremistas islâmicos foram presos e condenados a prisão perpétua.

O projeto arquitetônico do World Trade Center foi elaborado pelo filho de imigrantes japoneses, o americano Minoru Yamasaki (1912-1986). O arquiteto venceu o concurso realizado no final dos anos de 1960 para reavivar a área urbana de Nova York. Ele idealizou o prédio do World Trade Center, que levou sete anos para ser construído.

O impacto gerado pelos dois aviões que colidiram com as torres do World Trade Center no 11 de setembro produziu tremores superiores a 2,4 pontos na escala Richter. Foi registrada uma temperatura de 1.700

graus Celsius no momento da colisão.

A imprensa mundial mostrava imagens das torres pegando fogo e repetia várias vezes as cenas dos aviões se chocando contra o WTC. No **Brasil, as televisões alcançaram o maior índice de audiência<sup>1</sup> no horário da tarde. Ao meio-dia de terça-feira, 50% dos aparelhos estavam ligados acompanhando a cobertura.** Normalmente esse número não chega a mais de 35%. As emissoras de televisão como a *Bandeirantes, Rede Globo, Band News, TV Record* e *Globo News* não paravam de interromper a grade de programação para mostrar ao público as últimas informações. Declarações de apoio ao povo americano e solidariedade, e até mesmo, de previsões de uma iminente guerra mundial eram apresentadas a cada minuto. O presidente de Cuba, Fidel Castro, disse que o país compartilhava da dor junto ao povo americano. E acrescentou: “Cuba suportou mais de 40 anos de terrorismo”. Para o presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, as imagens transmitidas pela televisão poderiam dar início à Terceira Guerra Mundial.

A internet, com seus aproximadamente 400 milhões de usuários no mundo inteiro, não suportou a demanda por informações e vários sites de notícia ficaram fora da rede. Páginas como o *The New York Times*, *CBS*, *CNN*, *NBC*, *UOL*, *IG*, *Globo.com*, entre outras, foram obrigadas a reestruturar todo o ambiente gráfico, retirando recursos de áudio e vídeo, para somente usar textos informativos e que não comprometessem o tráfego da rede. Portais de pesquisas, como o *Google*, pediam aos usuários que desconectassem seus computadores e procurassem informações no rádio e na televisão. Assim como a internet, os jornais do mundo todo publicaram, às pressas, edições extras sobre os ataques do 11 de setembro. O jornal *O Globo*<sup>2</sup> de 12 de setembro de 2001, que havia lançado a primeira edição vespertina sobre a implantação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, publicou uma reportagem na qual dizia que “os jornais foram praticamente forçados a lançar cadernos especiais devido

ao trabalho jornalístico das emissoras de televisão”. O *Jornal do Brasil*<sup>3</sup> também lançou uma edição limitada. Para o jornalista Ricardo Boechat, o jornal resolveu publicar uma nova edição quando, para eles (jornalistas), os EUA passaram por um dos maiores atentados terroristas já visto. “O *JB* foi o primeiro a decidir sobre o lançamento de uma edição extraordinária em 11 de setembro, tão logo ficou claro que os EUA estavam sendo alvo do maior ataque terrorista da história. O resultado desse esforço – a despeito das precariedades enfrentadas pelo jornal, entre elas a inexistência de uma gráfica própria – foi muito positivo. A edição foi a que chegou mais cedo ao público, esgotou rapidamente e, diferentemente das outras, teve a qualidade de já incluir, mesmo poucas horas depois dos acontecimentos, artigos de analistas, como Emir Sader e Osias Wurman, discorrendo sobre o episódio e suas possíveis conseqüências”.

A imprensa veiculou informações nas quais apontava indícios de que o fundamentalismo islâmico estivesse por trás dos atentados. O saudita Osama bin Laden é transformado no principal suspeito por ser líder do grupo terrorista Al Qaeda (a base). Nos tempos da Guerra Fria, a União Soviética invadiu o Afeganistão<sup>4</sup>, mas foi derrotada por tropas e milícias afegãs. Os EUA financiaram o regime de Osama bin Laden ensinando-lhe estratégias militares para expulsar as tropas soviéticas.

O confronto entre URSS e EUA coloca o mundo à beira de um conflito nuclear em 1962, quando Nikita Khruchov tenta instalar mísseis em Cuba. Após um golpe no interior da cúpula dirigente soviética, Khruchov é derrubado e, em seu lugar, assume o poder Leonid Bréjnev. Mas foi em 1968 que a URSS reprimiu o processo de democratização da Tchecoslováquia, conhecido como Primavera de Praga, pondo em prática o regime doutrinário de Bréjnev, pela qual Moscou passou a intervir militarmente onde o modelo ou a influência soviética esteve sob ameaça. Doutrina essa que levou à invasão do Afeganistão. O país foi ocupado pela

URSS, em 1979, e os conflitos se prolongaram por dez anos.

Às 2h30 de quarta-feira, 12 de setembro de 2001, em Cabul, capital do Afeganistão, foram registradas explosões perto do aeroporto da cidade. Não foram ouvidos sons de aviões. Os Estados Unidos negaram qualquer tipo de bombardeio no país suspeito de ter promovido os atentados de 11 de setembro.

O saldo do atentado: morreram aproximadamente três mil pessoas que se encontravam nas torres no momento do ataque. Dos 19.858 pedaços de corpos encontrados, 4.598 foram identificados. Mais de 343 bombeiros envolvidos na tentativa de salvar os feridos do World Trade Center morreram. Três esculturas de Auguste Rodin, assim como 144 anéis e alianças, estavam entre os escombros.

### *A espetacularização da notícia*

**E**ram aproximadamente 8h. Alguns repórteres e editores já estavam nas redações revendo as pautas para o dia seguinte: 12 de setembro de 2001. Outros buscavam informações nas ruas para as reportagens sobre a sucessão presidencial, a morte do prefeito de Campinas, Antônio da Costa Santos, a votação do relatório pelo Conselho de Ética que acusava Jader Barbalho de falta de decoro no caso do banco Banpará, a quebra do sigilo fiscal de Maluf, entre outros temas. É de costume nas redações as televisões estarem ligadas, até porque, a qualquer momento, um fato de grande interesse jornalístico pode se tornar o assunto do dia. E foi o que aconteceu: às 9h45 (horário de Brasília) a notícia de que um avião havia atingido uma das duas torres do World Trade Center paralisou as redações. Fotógrafos, diagramadores, repórteres e editores, que chegaram

no momento da transmissão ao vivo da rede americana de TV *CNN* assistiram perplexos as imagens mostradas. **Depois da queda da primeira torre, um comunicado da direção dizia que uma edição extra deveria ser produzida às pressas sobre um possível atentado terrorista contra o império americano.** A histeria tomou conta das oficinas redacionais. Começou a ser preparada a estrutura da cobertura. Todas as editorias foram mobilizadas, os repórteres que não chegaram à redação, ouviam a narração dos fatos através do rádio do carro da reportagem. As pessoas dividiram tarefas, acessando a internet, as agências de notícias, contactando articulistas, telefonando para os correspondentes em Nova York e acompanhando os noticiários pela televisão. Às 16h, edições vespertinas dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* começaram a circular pelo Rio, horas depois, se esgotaram. Uma matéria no dia seguinte ao atentado foi publicada pelo jornal *O Globo*<sup>5</sup>, cujo texto informava que foram distribuídos 30 mil exemplares. De acordo com a jornalista Júlia Sant'Anna, que participou da cobertura, o *Jornal do Brasil* lançou oito mil publicações.

Tanto *O Globo* como o *Jornal do Brasil* estamparam em suas capas textos e títulos em que destacavam: *A era do terror, Horror no coração da América, (Jornal do Brasil). Terror sem limites, O horror à violência não tem fronteiras (O Globo)*. As palavras *terror* e *horror* estavam diluídas ao longo das matérias. As imagens eram reproduções das televisões norte-americanas, assim como a maioria dos dados e informações vinham de agências estrangeiras. No mundo inteiro, vários jornais estamparam em suas manchetes as palavras *terror, horror e terrorismo*. O *Washington Post* levou às ruas uma edição especial de 50 mil exemplares cujo título era *Terror ataca Pentágono e World Trade Center*, o *Milwaukee Journal Sentinel* com *Ataques rasgam Trade Center*. Os jornais brasileiros focalizaram mais os fatos, não fizeram pesquisas históricas. O *Jornal do Brasil* utilizou textos de articulistas como Joaquim Ferreira dos Santos, Millôr Fernandes, Emir Sader e Osias Wurman, que analisaram o episódio. *O Globo* preferiu

deixar somente um espaço de opinião reservado para o Editorial. Segundo a jornalista Julia Sant'Anna, as únicas fontes de informações eram a *CNN* e as agências de notícias. “Foi difícil pensar no critério para a edição extra. Uma edição feita nesta velocidade é centrada nos fatos, não em análises. Por isso, estávamos com a *CNN* a todo volume, todos monitorando as agências em busca de fatos, declarações, números e dados”.

O jornalista Mário Erbolato<sup>6</sup> acredita que, com o desenvolvimento dos meios de comunicação, assim como das agências de notícias, o jornalismo ganhou tempo para publicar informações vindas de outros países. Segundo ele, é impossível para os jornais manter correspondentes no exterior ou enviados especiais em todas as cidades do mundo.

Domenico de Gregário afirma que as agências de imprensa nasceram diante da impossibilidade de cada jornal manter correspondentes em todo o mundo e ainda de ter meios, de cada um deles, receber as notícias com a suficiente rapidez. Nenhuma empresa poderia dar-se ao luxo de cobrir o noticiário mundial com o esforço exclusivo de suas sucursais, enviados especiais ou correspondentes. Porém, obtidas as notícias, para a venda de milhares de jornais, a contribuição será acessível a cada um e, com a importância total arrecadada mensalmente, poderá a agência manter seu serviço mundial de informações.

Jayme Dantas, editor-geral da *Agência Jornal do Brasil*, disse que hoje em dia não há jornal, revista, estação de rádio ou gerente de alguma firma internacional que consiga se manter realmente atualizado sobre o que vai pelo mundo sem assinar os serviços de uma ou mais agências internacionais de notícias e de pelo menos uma nacional, que há em quase todos os países.

Algumas agências mundiais são muito conhecidas, entre as milhares existentes: *United Press International* (UPI), *France Press* (AFP), *Reuters* (R), *Associated Press* (AP). Analisando o trabalho das agências de notícias, Mário Erbolato diz que a Unesco define a agência de informação como empresa que tem principalmente o objeto, qualquer que seja a sua forma jurídica, de obter notícias e documentação de atualidades que sirvam para exprimir ou representar os fatos, e cabe a elas distribuir as informações, mediante um pagamento, sempre à base de um serviço completo e o mais imparcial possível.

A agência de notícias *Havas* foi fechada logo após a Segunda Guerra Mundial, sob a acusação de haver colaborado com os nazistas, quando os alemães ocuparam a França.

Para Mário Erbolato<sup>7</sup>, as agências internacionais são responsáveis somente pela coleta de notícias. Por serem empresas nacionais pelo seu capital e sua organização, elas jamais conseguiram deixar de imprimir uma posição ideológica favorável ao seu país de origem.

As agências, quando assim consideradas, são internacionais, unicamente no que diz respeito à coleta de notícias. Entretanto, são empresas nacionais pelo seu capital, sua organização, grande parte da clientela, funcionários e necessariamente pelo seu espírito, pois elas jamais conseguiram libertar-se, direta ou indiretamente, de imprimir, na maioria das vezes, ao seu noticiário, uma orientação favorável ao seu próprio país, levadas pelo patriotismo ou fidelidade ao regime (neste último caso, aos governos totalitários).

(...) Nos países totalitários, os despachos telegráficos são instrumentos dos respectivos governos, que orientam o noticiário transmitido e filtram o

recebido, transformando as notícias, na maioria das vezes, em propaganda do regime.

No site *Comunique-se*<sup>8</sup>, o jornalista José Arbex Jr. afirmou que as matérias no Brasil, divulgadas pela agência *Reuters*, eram editadas em Miami para só depois serem veiculadas no país. O editor-responsável pela *Reuters* na América Latina, o jornalista Mario Andrada e Silva, declarou, durante um debate promovido por estudantes de Comunicação, que os textos em Espanhol são editados em Miami; as notícias em Inglês, em Washington; as matérias em português, em São Paulo.

No entanto, o termo ‘editar’ deve ser compreendido como ‘fechar’, ‘burilar’, ‘checar’, ‘manchetar’ etc., o que não implicaria em uma seleção de conteúdo. Não existe censura, portanto.

Nelson Werneck Sodré<sup>9</sup> fez uma crítica à imprensa brasileira diante do trabalho de coleta de informações. Para ele, os jornais são, sim, dependentes das agências internacionais.

Do ponto de vista da coleta de informações, particularmente a do exterior, os grandes jornais se assemelham, todos servindo-se das agências internacionais de notícias. As emissoras de televisão recebem, quase todas, os mesmos filmes, relacionando aos fatos do exterior, e isso mostra como nossos grandes jornais são dependentes das agências internacionais de notícias, das quais, em alguns casos, procuram se emancipar, mantendo correspondentes no exterior, primeiro sinal de fuga a essa dependência. Do ponto de vista da matéria informativa que a imprensa brasileira fornece, hoje, os jornais não apresentam diferenças essenciais em relação aos do meio século anterior. Na estrutura de um jornal, antes, a divisão era clara, quanto ao pessoal; hoje, não é.

Na época dos atentados, a imprensa mostrou-se dependente de informações divulgadas pelas agências americanas, cujo material reproduziram. Em *O Globo*, de 11 de setembro, o texto da matéria *Pentágono é o segundo alvo no dia do terror*, informava que um avião havia atingido o Departamento de Defesa dos EUA (Pentágono). Na mesma página, sob o título *Casa Branca tem suspeita de incêndio*, o texto era sobre um provável avião ter atingido o Pentágono. Porém, a matéria *Ataques levam pânico e param todo o país*<sup>10</sup>, o texto não-assinado, com foto da agência *Associated Press*, comentava que os edifícios, parques, escolas e shoppings foram fechados por medida de segurança. **O jornalista descreveu a cena como se estivesse no local e não na redação.**

Os ataques terroristas levaram caos e pânico aos EUA, paralisando sistemas de comunicação e forçando a evacuação de prédios federais e de grandes edifícios comerciais em todo o país. Shoppings, escolas públicas e até parques temáticos foram fechados. Nas ruas das cidades atingidas, o apito de sirenes de emergência se misturava aos gritos de pessoas apavoradas e ansiosas por chegar em casa.

Em 19 de novembro de 2001, os jornais divulgavam que Bin Laden estava cercado à leste de Kandahar e que sua prisão era questão de tempo. Em 14 de dezembro do mesmo ano, a imprensa dizia que ele ainda continuava cercado. Porém, as imagens mostravam soldados treinando longe do local de combate. No Brasil, como as editorias de Internacional são reduzidas e o número de correspondentes também, é evidente a quantidade de matérias assinadas por jornalistas americanos, como diz o jornalista Carlos Dorneles em seu livro, *Deus é inocente: a imprensa, não*<sup>11</sup>.

O *Jornal do Brasil*, uma semana após os atentados, chegou a um índice de 75%. No dia 24 de fevereiro, por exemplo, 83% da sua cobertura eram

notícias de agências e da imprensa americana, 30% apenas com artigos do *The New York Times*.

*O Globo*, depois dos atentados, tinha um índice de artigos ‘importados’ em torno de 30%. Mais próximo da guerra, esse número aumentou para 45%.

O leitor brasileiro viu o conflito com os olhos da imprensa dos EUA.

Os seqüestradores tomaram os aviões que atingiram as torres portando facas. A imprensa não divulgou a informação de que terroristas conseguiram burlar os esquemas de segurança. Por ano, são gastos nos EUA 30 milhões de dólares<sup>12</sup> em equipamentos, serviços de espionagem e afins. **Só o sistema de vigilância por satélite é capaz de fazer fotos detalhadas de pontas de cigarros jogadas por um suspeito no chão e rastrear ligações de celular. Além disso, aviões e navios monitoram informações em diversos pontos no mundo.**

Parte dos problemas em evitar os ataques decorre do caráter especial do terrorismo islâmico. Os espões americanos têm dificuldades em infiltrar os grupos, pois não são bem-vindos nem podem contar com a colaboração das autoridades na maioria dos países muçulmanos. Mas operações de grande porte deixam pistas bem concretas. Para um homem-bomba na Palestina, basta enrolar explosivos em torno da cintura e procurar vítimas indefesas entre os israelenses. Um ataque como o da semana passada exige planejamento sistemático, boa organização, bases de apoio e algum dinheiro. Não é possível improvisar numa operação dessa magnitude. O FBI acredita que cada avião foi tomado por um grupo de quatro ou cinco homens. Outra meia centena de conspiradores fez o trabalho de retaguarda. Por que os americanos, tão bem equipados tecnologicamente, tão armados de sistemas de segurança, não tomaram conhecimento de um movimento sequer desses criminosos?

Quando perguntado ao jornalista Ricardo Boechat por que a imprensa não divulgou informações de que os terroristas conseguiram furar o bloqueio de segurança dos aeroportos, e seqüestraram os aviões portando somente canivetes, Boechat foi enfático: “As edições extraordinárias não poderiam elucidar detalhes do que aconteceram horas antes, e nem se propunham a isso. Além do mais, detalhes sobre como os terroristas entraram nos aviões eram — e ainda são — absolutamente irrelevantes diante do acontecimento histórico que produziram”.

Para Ricardo Kotscho<sup>13</sup>, em seu livro *A prática da reportagem*, o jornalista que cobre assuntos internacionais, guerras e conflitos no mundo, não deve se limitar apenas a relatar os fatos e aceitar, sem contestar, as fontes oficiais. O repórter deve contextualizar a notícia, buscar informações que esclareçam o leitor sobre o acontecimento, analisar a política, a economia e a cultura do país.

Nas coberturas no exterior, não basta relatar o que aconteceu: é preciso ajudar o leitor a entender por que tais fatos estão ocorrendo, situando-os dentro de um contexto histórico e lembrando as características de cada país.

A imprensa apresentou o seu principal suspeito sobre os atentados ao World Trade Center: o saudita Osama bin Laden. Na verdade, os jornais brasileiros não puderam chegar a essa conclusão sozinhos. O título da edição extra de *O Globo*<sup>14</sup> era: *O inimigo número um dos Estados Unidos*. O intertítulo indicava que os EUA já chegaram à conclusão sobre o autor da tragédia das torres gêmeas. *FBI oferece US\$ 5 milhões por Bin Laden*. No início do texto, o jornal afirmava que o inimigo público do império americano era o milionário-terrorista saudita, e que há três semanas, ele havia alertado o mundo sobre os possíveis ataques contra os interesses americanos. A maioria das fontes que incriminava Osama bin Laden era

de agentes do governo americano e políticos.

Segundo Abdel-Bari Atwan, editor do jornal árabe *alQuds al-Arabi*, que é baseado em Londres e tem acesso às fontes extremistas, fundamentalistas islâmicos estão “quase certamente” por trás dos ataques de hoje nos Estados Unidos. As autoridades americanas são levadas para a mesma hipótese. “Parece ter a assinatura de Osama bin Laden”, disse o senador republicano Orrin Hatch.

Segundo a CIA, a agência de inteligência americana, Bin Laden já treinou em seus campos do Afeganistão mais de cinco mil militantes, muitos dos quais utilizados em atentados.

O jornal deixou bem claro a sua fonte de informação quando disse que militantes treinados por Osama bin Laden estariam espalhados em diversas partes do mundo. E procurou mostrar a ligação do saudita em vários atentados.

Estima-se que os militantes treinados nos campos de Bin Laden criaram células de ação em mais de 50 países. O milionário envia anualmente milhões de dólares para grupos terroristas em diversos países. O governo americano responsabilizou grupos ligados a Bin Laden pelos atentados contra o presidente do Egito, Hosni Mubarak, em 1995. Sobre ele também recaiu a culpa pela explosão no World Trade Center, em 1993.

O *Jornal do Brasil*<sup>5</sup> também não deixou de apontar o autor dos atentados às torres de Nova York. O título da matéria *O milionário do terrorismo*, de três colunas, atribui a Bin Laden a responsabilidade por diversos atentados contra os americanos, além de ser líder de dois grupos extremistas: o *Grupo Islâmico Armado* (GIA) e os *Combatentes do Povo* (Mujahedin Khalk).

Mas o terrorismo de Bin Laden é bem anterior ao atentado às embaixadas americanas do Quênia e da Tanzânia, em agosto de 1998, quando 257 pessoas morreram e cinco mil ficaram feridas. Em 1983, esteve envolvido em atentados a militares americanos no Iêmen, e a um caminhão-bomba que matou cinco soldados americanos na Arábia Saudita, em 1995.

A hipótese mais provável é que a imprensa americana incentivou uma campanha de vingança, retaliação e censura. Os jornais brasileiros quiseram competir com os noticiários da TV, quando publicaram uma grande quantidade de fotos de pessoas que se jogaram das torres gêmeas em chamas, em vez de textos analíticos sobre a política imperialista dos EUA, o fundamentalismo islâmico e outros aspectos. No seu livro *Showrnlismo, a notícia como espetáculo*, o jornalista José Arbex Jr.<sup>16</sup> analisa a postura dos jornais impressos como sendo uma cópia da televisão, quando eles adotaram textos curtos, parágrafos pequenos, letras em corpos garrafais e fotos coloridas, que chegam a ocupar seis colunas. Para ele, o objetivo da imprensa do século XXI é fazer com que o leitor esteja mais perto da superficialidade da informação transmitida pela TV. Na televisão, explica o jornalista, as fronteiras entre o real e o imaginário são de difícil percepção, pois os telespectadores passam a assistir a um show. As imagens das torres do World Trade Center em chamas transmitidas à exaustão e reproduzidas pelos jornais, não informam, mas entretêm o público.

Já é amplamente conhecido, lugar-comum, o fato de, em todos os países, os líderes políticos e os chefes militares planejarem suas ações calculando o tempo certo para serem apresentadas em horário nobre. A televisão adquiriu o poder de definir o que será ou não um acontecimento político, assim como o âmbito geográfico em que esse acontecimento será conhecido. Claro, esse poder não é absoluto; excepcionalmente, as circunstâncias podem se impor à vontade das grandes corporações da mídia. Mas isso

é a exceção, não a regra. O acontecimento político (e, mais amplamente, social e/ou editorial) adquire as características de um grande show. Ora, uma das conseqüências da prática de apresentar o jornalismo como o showjournalismo é o enfraquecimento ou o total apagamento da fronteira entre o real e o fictício.

Em 1995, os EUA sofreram um ataque terrorista na cidade de Oklahoma. Foram 168 mortos. Rapidamente, as autoridades americanas afirmaram que muçulmanos estavam por trás da tragédia. Mais tarde, descobriram que o cidadão americano, Timothy McVeigh, era o principal responsável. Ele foi executado em junho do mesmo ano. A comunidade árabe usa o episódio de Oklahoma como legitimação do preconceito e discriminação dos EUA em relação aos povos do oriente. Segundo o artigo do jornalista Chico Bruno<sup>17</sup>, o governo americano divulgou para toda a imprensa mundial que Osama bin Laden foi o autor do atentado. Para ele, a imprensa errou quando esqueceu que, sem provas, o que existiam eram somente suspeitos. O jornalista também disse que a prática do jornalismo investigativo foi relegado a um segundo plano.

Vale a informação oficial e apenas ela. Sem ter muito o que dizer, a **cobertura tornou-se repetitiva**. As imagens do atentado foram e estão sendo levadas ao ar à exaustão. As barreiras das forças militares impedem que qualquer jornalista se aproxime do palco da tragédia, que entre nos hospitais, que mostre os suspeitos presos — enfim, que respondam ao anseio básico da informação. Continuamos sem saber como os autores dos atentados conseguiram burlar a fiscalização dos aeroportos norte-americanos, ao que parece bem mais frágeis que os brasileiros.

Atualmente, o jornalista Chico Bruno mudou suas opiniões em relação à cobertura da imprensa no 11 de setembro de 2001. De acordo com ele,

na época das edições vespertinas publicadas pelo jornal *O Globo*<sup>18</sup> e *Jornal do Brasil*<sup>19</sup>, o trabalho jornalístico realizado no dia do atentado atingiu os seus objetivos, e que os jornais não foram influenciados pelas fontes americanas, para o jornalista, eram as que dispunham naquele momento, como mostra a entrevista abaixo

Segundo alguns profissionais de comunicação, a imprensa falhou em sua cobertura, quando se deixou ser influenciada pelas fontes norte-americanas que divulgavam informações sobre os atentados. O senhor achou precipitado uma edição feita as pressas?

- As edições circularam no momento certo e atingiram seus objetivos. Elas não foram influenciadas, pois as fontes que dispunham eram apenas as norte-americanas, se assim não fossem, não teriam como ser editadas.

Informações de como os terroristas conseguiram entrar nos aviões portando facas e canivetes não foram elucidadas pela imprensa. Como poderíamos elogiar a cobertura da imprensa através dessas duas edições vespertinas dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*?

- Aqui não se trata de julgar a qualidade das edições. Trata-se apenas de constatar que nossa mídia tem pessoal e agilidade para este tipo de atendimento imediato com a informação.

**Uma análise da formação do profissional da informação** — para o professor de telejornalismo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Antônio Brasil, em artigo publicado no site do *Observatório da Imprensa*<sup>20</sup>, a cobertura da imprensa tem mostrado o aparato tecnológico para cobrir diversos acontecimentos, mas se esquece de investir na formação do jornalista, encarregado de explicar, reportar e acrescentar informações



para os telespectadores que assistem as imagens pela televisão.

Mais uma vez, investe-se tanto em técnicas e ferramentas sofisticadas e tão pouco na formação do homem da informação. Seja ele jornalista ou encarregado dos órgãos de inteligência, investe-se pouco em “inteligência”. Quem deveria explicar, reportar e acrescentar informações está tão surpreso e despreparado quanto os próprios telespectadores. Nesta confusão de falta de informação, o repórter se confunde com a audiência e fica hipnotizado pelo poder das imagens.

A mídia do mundo todo alterou sua grade de programação, até mesmo os programas de entretenimento foram interrompidos para dar lugar às últimas informações sobre a tragédia em Nova York. As redações de vários periódicos deixaram a histeria tomar conta das oficinas. Para o jornal *Valor Econômico*<sup>21</sup>, a mobilização da mídia para cobrir a queda das torres foi a maior da história. Publicado no site *Comunique-se*<sup>22</sup>, Ivson Alves elogiou o papel da imprensa no 11 de setembro de 2001. Ele disse que os jornais do eixo Rio/São Paulo fizeram uma significativa produção de material sobre o atentado às torres gêmeas. As edições, segundo o jornalista, recheadas de fotos, conseguiram passar para os leitores os detalhes sobre a tragédia. Mas, criticou os jornais na carência de análise e pesquisa jornalística. De acordo com ele, se os matutinos deixarem de buscar o aprofundamento dos fatos e delegarem para a televisão e internet a cobertura factual em si, talvez os jornais impressos se transformem em apenas digitais.

Em cima da hora, não dá para fazer análise, dirá você. Bem, realmente é difícil, mas impossível não é, tanto que a *Globonews* pegou analistas e os colocou diante das câmaras para que eles comentassem o que estava ocorrendo em cima do lance. Como sabe quem já estava acostumado a ler a coluna no tempo do *Coleguinhas.jor.br*, sempre defendi que a

Academia é uma fonte praticamente inesgotável de pautas e de analistas para os veículos de comunicação. Talvez por desprezar teoria, ou por burrice mesmo, os coleguinhas não costumam transformar em fontes os especialistas universitários, e, quando os fazem, por preguiça, ficam nos mesmos para sempre. A equipe de produção da *Globonews* mostrou, porém, que tem habilidade e conhecimentos suficientes para buscar gente — cientistas políticos, especialistas em relações internacionais, historiadores, estrategistas, peritos em aviação — que normalmente não aparecem nas telinhas.

Me parece que este desempenho da *Globonews* acaba por lançar um novo desafio aos jornais. Afinal, a idéia que todos tínhamos é que o caminho para os jornais sobreviverem no futuro seria a sua capacidade de analisar e contextualizar os fatos. Mas se a TV e a internet (que foi assim dessa vez, mas que tende se recuperar a tempo de cobrir bem o atentado atômico ou biológico previsto para os próximos anos) puderem fazer isso ao mesmo tempo em que os tais fatos ocorrem? O que sobraria aos jornais de papel? Talvez, só se tornarem jornais *on-line*.

Em seu livro *A Objetividade Jornalística*<sup>23</sup>, Luiz Amaral analisa o comportamento da imprensa na produção de notícias. Ele é categórico quando diz que a verdade muitas vezes é afastada da consciência quando ela se esconde no emaranhado dos acontecimentos.

Mesmo admitindo que da época em que Walter Lippmann escreveu o livro *Public Opinion* para cá a imprensa se tenha tornado menos parcial e, portanto, mais credível, a verdade ainda passeia muito distante. Muitas vezes é afastada conscientemente por uma série de motivos; outras vezes, esconde-se no emaranhado dos acontecimentos. Para alguns é irrealístico esperar que mesmo pessoas pretensamente objetivas consigam manter

seus julgamentos livres de qualquer influência. Com frequência, somos motivados, ao mesmo tempo, pela emoção e pela razão, e, em muitos casos, não se distingue uma da outra.

Para Luiz Amaral, nem sempre as emissoras de rádio, televisão, jornal e revista conseguem cumprir as promessas de isenção, objetividade e imparcialidade. Governos como os dos EUA, da França e da Inglaterra também têm sua parcela de culpa. Eles são os principais responsáveis pela manipulação de informações divulgadas pela imprensa, além de exercerem influência sobre as mesmas. Até mesmo em tempos de conflito ou de paz, a mídia aceita o silêncio imposto pelo poder, às vezes, como afirma Luiz Amaral, ela utiliza palavras e verbos para deturpar o significado real. Quando os EUA invadem um país ou região, os jornais publicam *ação militar*; para designar os inimigos, *terroristas, guerrilheiros e rebeldes*; para os aliados são *combatentes da liberdade*; quando o intuito é substituir a palavra matar, usa-se *silenciar e neutralizar*; no lugar de tortura, *pressão*.

O Planalto, a Casa Branca ou o Elysée decidem diariamente o tipo de informações, furos, dicas, releases que vão fornecer aos repórteres e que certamente constituíram a base do noticiário da noite nas TVs e das suítes do dia seguinte nos jornais.

(...) **As distorções tornam-se mais evidentes quando se trata dos chamados interesses nacionais. Aí a mídia se entrega passivamente às fontes oficiais de informações.**

(...) E em tempos de guerra ou de paz, a mídia também silencia, em proveito próprio, sobre fatos e acontecimentos, numa reversão de sua conhecida tendência para o sensacionalismo e o exagero. Quantas matérias são desprezadas porque não batem com os interesses do estabelecimento, das empresas ou até dos próprios editores e repórteres?

Em entrevista ao jornalista e colaborador do site *Em Crise*<sup>24</sup>, Marcelo Soares, o lingüista e principal crítico da política externa dos EUA, Noam Chomsky, disse que o governo norte-americano promove a *lei da mordaca*, quando o assunto é não disponibilizar para a imprensa dados e informações de interesse público. E também relembra a época de Ronald Reagan, quando documentos que mencionavam como os EUA derrubaram os governos do Irã e da Guatemala foram destruídos.

O conhecido cientista político Samuel Huntington escreveu, há 20 anos, em um texto padrão sobre a política americana, que “os arquitetos do poder nos EUA devem criar uma força que possa ser sentida mas não vista. O poder permanece forte quando permanece no escuro; exposto à luz do sol, ele começa a evaporar”. Naturalmente, os poderosos usarão todos os meios possíveis para se proteger do escrutínio público. Isso é particularmente verdadeiro naqueles que têm uma veia profundamente totalitária, como os Reaganitas e a administração atual (muitos deles são as mesmas pessoas). O governo Reagan destruiu ilegalmente documentos a respeito de como os EUA derrubaram os governos do Irã e da Guatemala, para prevenir-se da liberação sob a regra que diz que os documentos secretos devem ser liberados após 30 anos. Isso foi uma violação tão escancarada que os historiadores do Departamento de Estado — um grupo muito conservador — pediram demissão, em um protesto público. O governo do George W. Bush está mais uma vez tentando explorar as circunstâncias atuais para fazer o mesmo.

### *A opinião dos jornais no 11 de setembro*

**E**m 1914, a morte do arquiduque Francisco Ferdinando, em Sarajevo, foi o estopim para a crise que gerou a Primeira Guerra Mundial. A causa da guerra pode ser encarada pelo fato de que algumas potências queriam instaurar a sua hegemonia econômica em outros países. A Alemanha também queria se expandir economicamente, só que para isso deveria conquistar novos mercados externos. E aceitou entrar na guerra sabendo que o Tratado de Versalhes, em seu artigo no 231, atribuiria a ela a responsabilidade total de um conflito mundial. Os aliados eram formados pela Rússia, França, Sérvia, Bélgica, Grã-Bretanha e as colônias francesas. Ao todo, foram 240 milhões de homens contra 120 milhões das forças opositoras, formadas pela Áustria-Hungria e Alemanha. Com a pressão da opinião pública, alguns países lutaram ao lado dos alemães como o Império Otomano e o Oriente Médio. A Itália, em 1914, interessada nos territórios que poderiam ser anexados com uma futura vitória, assim como o Japão, estiveram na guerra ao lado dos aliados. Portugal também participou enviando uma divisão à frente francesa. Os EUA entraram na guerra em 1917. Ao todo, 14 países da Europa participaram da Primeira Guerra Mundial, que terminou em 11 de novembro de 1918, com a vitória dos aliados. O número de perdas humanas chegou a nove milhões. Só a França perdeu 1.400.000 soldados, a Alemanha 1.700.000 e o Reino Unido mais de 700 mil.

Após a Primeira Guerra Mundial, vários conflitos fizeram com que estourasse a Segunda Guerra Mundial. O governo britânico desconfiava da força bélica e hegemônica continental da França, por isso ajudou economicamente o império germânico que saiu da Primeira Guerra arrasado. Em 30 de janeiro de 1933, o presidente Hindemburgo fez de Adolf Hitler chanceler. Começou uma corrida por armamento militar

na Europa. Burlando o Tratado de Versalhes, em 1939, as tropas alemãs invadem a Polônia. Inicia-se o segundo maior conflito da história. A França e a Grã-Bretanha entram na guerra. Em 1941, o Japão ataca a base norte-americana de Pearl Harbor, nas ilhas do Havaí. Imediatamente, os EUA e o Reino Unido declaram guerra ao Japão. Até aí, os americanos não se manifestaram em relação a sua participação na guerra, pois haviam firmado com os ingleses um pacto em que se comprometiam a fazer um empréstimo de armas e alimentos. Os americanos também estavam se recuperando da quebra da bolsa de Nova York, em 1929. A venda de armas para a guerra ajudou significativamente a economia americana.

Os alemães tentaram tomar Moscou, mas o inverno e a ofensiva russa provocaram o recuo das forças de Hitler. Nos dias 9 e 15 de agosto de 1945, os EUA lançaram duas bombas nucleares no Japão: uma em Hiroshima e Nagasaki, causando a morte de milhares de pessoas. O efeito da bomba foi devastador e muitas cidades próximas sofreram com as radiações emitidas.

A Segunda Guerra Mundial mobilizou cerca de 110 milhões de soldados, dos quais 27 milhões morreram. Foram 25 milhões de civis mortos. O total de perdas chegou a 52 milhões de vidas. Os países mais castigados com a guerra foram a URSS, com 20 milhões de mortos; a Alemanha e Polônia, com cinco milhões. Os EUA tiveram 300 mil baixas; a China, 1,3 milhão; o Japão, 1,8 milhão; a França, 535 mil; a Grã-Bretanha, 1,6 milhão. As bombas destruíram na Alemanha cerca de 1,63 milhão de edifícios e deixaram 7,5 milhões de pessoas desabrigadas. Na URSS, as operações militares arrasaram com 1.719 cidades e povoados, 70 mil aldeias e mais de seis milhões de edifícios.

Onze de setembro de 2001. Os EUA sofreram diante dos atentados contra as torres do World Trade Center. Chefes de Estado, intelectuais e a opinião pública se sensibilizaram com a tragédia que matou milhares de vítimas. No Brasil, o jornal *O Globo*<sup>25</sup> e *Jornal do Brasil*<sup>26</sup>, em suas edições

extras, publicaram a declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso, que afirmava: *Uma loucura, é a terceira guerra mundial mesmo*<sup>27</sup>. Mas no *Jornal do Brasil*, Fernando Henrique disse que podia ser a Terceira Guerra. *Isso é loucura. Pode ser a terceira guerra mundial*<sup>28</sup>. O presidente chamou, na ocasião dos atentados, o chanceler Celso Lafer, ministro das Relações Exteriores, para voltar imediatamente a Brasília. E também marcou uma reunião com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, e o ministro de Defesa, Geraldo Quintão, na qual discutiriam a melhor maneira de o país evitar a continuidade da tragédia.

Para o jornalista e professor Nilson Lage, a frase de um intelectual como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso soou, sim, descontextualizada diante dos fatos. “**O comportamento padrão do intelectual medíocre é o espanto ou o disparate.** Só ele exclui a necessidade de reflexão rápida e própria, quando não há conceitos a copiar oriundos do Primeiro Mundo. É como quem diz ‘estou morrendo de medo’, ‘se o Flamengo perder é o fim do mundo’ etc.”

De acordo com o jornalista Chico Bruno, a frase do ex-presidente não poderia ter sido mais bem proferida. Segundo ele, foi a mesma opinião dos brasileiros, quando assistiam extasiados as cenas dos aviões de encontro com as torres gêmeas. “A reação de FHC foi a mesma de muitos outros brasileiros, portanto soou contextualizada. Talvez tenha sido uma das poucas reações de Fernando Henrique Cardoso que confluíram para o pensamento nacional”.

Segundo o jornalista Ricardo Boechat, os jornais exerceram as suas funções jornalísticas, quando publicaram a declaração do ex-presidente. “Essa não foi a única bobagem proferida por FHC ao longo de seus oito anos de mandato. Os jornais deram-lhe destaque compreensível. Afinal, era a opinião pública do presidente do maior país latino-americano”.

Os editoriais dos jornais no 11 de setembro de 2001 clamavam por guerra e retaliação. Adotaram o *terror* em seus títulos e opiniões. Alguns

diziam que se qualquer país do mundo fosse contra um ato de vingança desferido pelos EUA, estaria sendo cúmplice. O editorial da edição extra de 11 de setembro de 2001 do jornal *O Globo*<sup>29</sup> mostrou como a imprensa instiga os tambores de guerra, sem ao menos analisar as conseqüências de um iminente conflito contra o regime Talibã. Segundo o texto do jornal, os EUA só deveriam promover uma vingança com os mesmos efeitos do atentado contra as torres gêmeas, quando os norte-americanos identificassem a verdadeira origem dos ataques.

Nenhum país civilizado negará aos EUA o direito a uma represália, tão pesada e violenta quanto o ataque de que foi vítima, assim que identificar com segurança a origem dos ataques. Não será, tem-se a certeza, um gesto de vingança, mas de defesa absolutamente legítima, única forma eficaz de prevenir futuras incursões terroristas. Certamente, a sofisticação do aparato militar americano permitirá que a resposta seja executada com fria eficiência; em outras palavras, evitando tanto quanto possível fazer vítimas inocentes — por uma questão elementar de humanidade e para não dar instrumentos de propaganda ao inimigo.

Para o lingüista Noam Chomski<sup>30</sup>, a imprensa deveria repensar em diversas questões antes de promover uma campanha a favor da guerra.

Escutamos os tambores de guerra vigorosamente, clamando por uma retaliação violenta, com raras menções ao fato de que isso não só acarretará um custo terrível na matança de inocentes, muitas delas vítimas afegãs do Talibã, como também atenderá às mais fervorosas preces de Bin Laden e sua rede.

“O amor à paz e o ódio à violência não podem ter fronteiras”<sup>31</sup>. A emoção e a revolta são comuns, mas fica evidente que os editoriais daquele

dia refletiram a campanha de ódio e guerra promovida pelos EUA. Assim como a opinião dos jornais reflete o *terror* diante dos atentados, e que uma profunda vingança deve ser planejada a fim de que o terrorismo possa se extinguir do mundo, regressamos ao passado, e vimos como a máquina de propaganda nazista provou a eficácia do uso político do clichê incessantemente repetido pelos jornais impressos, sobre o suposto mal que os judeus, ciganos e comunistas causavam à humanidade.

A solidariedade internacional a Washington é dada fora de qualquer discussão. Qualquer país que se declarar neutro ante os atos execráveis da manhã de hoje, não poderá fugir da pena da cumplicidade, mesmo que a posteriori com os fanáticos que se declarem inimigos da civilização ocidental.

O jornalista José Arbex Jr.<sup>32</sup> analisa como os políticos utilizaram, e muito, as imagens e a publicidade para difundir suas idéias e conseguir o apoio da opinião pública. Para ele, não há guerra sem representação visual. E dá exemplos históricos de como o presidente americano, Franklin Roosevelt, lançou mão do rádio e do cinema para reativar a máquina da produção industrial e tirar, assim, a economia americana do vermelho em 1929, com a quebra da bolsa de Nova York. De acordo com ele (José Arbex), Hitler colocou em questão as centenas de pessoas desempregadas na Alemanha, para relançar a guerra como a única maneira de o país produzir e recuperar suas riquezas.

Os políticos logo souberam apreciar as novas potencialidades abertas pela tecnologia das imagens — obviamente, não no sentido revolucionário ambicionado por Benjamin, mas para atingir os seus próprios objetivos. Ao analisar a relação íntima entre guerra e cinema, e particularmente a utilização que os governos fizeram do cinema como meio de mobilização,

Paul Virgílio dirá que há mais do que um simples acaso no fato de a nitrocelulose empregada na fabricação de filmes virgens ser o mesmo material utilizado na produção de explosivos.

O diretor do Centro de Estudos das Américas da Universidade Cândido Mendes, especialista em política norte-americana, Clóvis Brigagão, em entrevista ao *Jornal do Brasil*<sup>33</sup>, disse que os americanos revidariam o ataque terrorista contra as torres gêmeas. E afirmou que o conflito poderá desencadear-se em uma Terceira Guerra Mundial.

Provavelmente, os EUA vão atacar as bases dos terroristas, onde estiverem. Será uma espécie de Terceira Guerra Mundial, de uma superpotência contra grupos espalhados pelo mundo.

O jornal *O Globo*<sup>34</sup>, em seu editorial, classificou como um ato de alarmismo ingênuo concordar com as opiniões de que o atentado a Nova York suscitaria em uma Terceira Guerra Mundial. Mas por outro lado, estampou em um título, que ocupava toda a largura da página, a frase do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso: *Uma loucura, é a Terceira Guerra Mundial*. Para o artigo de Joaquim Ferreira dos Santos<sup>35</sup>, o comportamento do gigante capitalista que sofreu com as quedas das duas torres em Nova York, é de não perdoar o massacre assistido por todo o mundo.

Se o homem com dor ainda não mudou suas reações, nesse momento as bombas devem estar se preparando para explodir na cabeça de algum talibã lá longe. Quem argumentará contra? É o novo estilo das guerras, o novo jeito de invadir Dunquerque. Se tudo acabar bem, se sobrar alguma dose de equilíbrio, pode ser também uma ótima oportunidade para se repensar as injustiças e uma maneira definitiva de acabar com os solavancos com que o terror, a toda hora, espanta o mundo.

Para Noam Chomsky<sup>36</sup>, é a primeira vez que os EUA, desde 1812 (conflito bélico travado entre os EUA e Grã-Bretanha, de 1812 a 1815, pelos direitos marítimos dos países neutros), sofrem um ataque nacional. E também critica a análise feita por jornalistas e intelectuais de que os ataques contra as torres gêmeas podem ser comparados ao episódio de Pearl Harbor, em 1941 (os japoneses bombardearam uma base militar no Havaí, na Segunda Guerra Mundial). Segundo ele, as armas voltaram-se contra os americanos quando os mesmos exterminaram populações indígenas, conquistaram metade do México, anexaram o Havaí e as Filipinas, matando milhares de inocentes.

Muitos comentaristas tentaram fazer uma analogia com Pearl Harbor, mas se trata de um equívoco. Em 7 de dezembro de 1941, as bases militares, em duas colônias americanas, foram atacadas — e não o território nacional, que jamais chegou a ser ameaçado. Os EUA preferiram chamar o Havaí de ‘território’, mas de fato era uma colônia. Durante os últimos séculos, os EUA exterminaram as populações indígenas (milhões de pessoas), conquistaram metade do México (na verdade, territórios indígenas), intervieram com violência nas regiões vizinhas, conquistaram o Havaí e as Filipinas (matando centenas de milhares de filipinos) e, nos últimos 50 anos, particularmente, valeram-se da força para impor-se a boa parte do mundo.

Na seção carta dos leitores de *O Globo*<sup>37</sup>, a leitora Maysa Blay, que teve seu e-mail enviado no dia 11 de setembro e publicado no dia seguinte, fez uma crítica inflamada ao regime dos EUA, dizendo que “pimenta nos olhos dos outros não dói”. Comparando as atrocidades da Segunda Guerra Mundial, e de outras guerras, como a da Coreia e Vietnã, a leitora foi enfática:

Pimenta só dói nos olhos dos americanos que morrem em atentados terroristas ou em Pearl Harbor. Aí dói, e muito. E todos nós nos comovemos mais com essas mortes do que com outras tantas, em igual ou maior número, provocadas direta ou indiretamente pela política americana para o mundo. Elegem um presidente belicoso, divulgam e impõe ao mundo seu cinema repleto da mais sórdida violência e, através dele, mostram cenas e idéias infinitamente piores do que as que hoje foram exibidas.

O editorial do *Jornal do Brasil*<sup>38</sup> analisa os atentados como o início de uma Terceira Guerra Mundial entre as civilizações ocidentais e orientais, e, em pleno ciclo de recessão econômica que o mundo passava, frases como a do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso mostraram como todos os países estavam receosos com o desenrolar dos fatos.

Em pleno ciclo de recessão econômica, o atentado às torres gêmeas faz prever mudança de alguns valores, sobretudo os militares e estratégicos. O presidente Fernando Henrique Cardoso expressou essa certeza em Brasília quando caracterizou-o como loucura, absurdo, prelúdio provável de uma Terceira Guerra Mundial. Os povos civilizados condenaram veemente o atentado e ele só pode ser resgatado aos olhos da opinião pública quando seus inspiradores forem exemplarmente punidos.

Com base nas informações de Carlos Dorneles<sup>39</sup>, o *Jornal do Brasil* não foi o único, assim como o *Globo*, a defender uma retaliação dos EUA contra o *terror*. A revista *Veja* também saiu em defesa dos norte-americanos quando afirmou que o atentado foi contra um sistema social e econômico, e constituiu uma agressão cometida contra a democracia e a economia de mercado. Citando um artigo de Umberto Eco, Carlos Dorneles disse que os meios de comunicação aumentaram o índice de audiência e leitores quando reprisavam, a todo instante, imagens e fotos das torres em chamas.

O jornalista Augusto Nunes também reagiu contra os opositores que atacavam o regime de Bush.

O jornalista Augusto Nunes escreveu artigo atacando Susan Sontag, Gore Vidal e a maioria dos intelectuais brasileiros que criticam os EUA. Ele disse que anti-americanismo é um vício tão difícil de largar quanto o cigarro e deu um veredicto para a guerra defendida: ‘Se a ação dos americanos e seus aliados no Afeganistão seguir o manual de cautelas da fase de preparativos, a primeira intervenção militar dos EUA no século XXI lembrará não a destruição de Hiroshima, mas a libertação de Paris’.

A imprensa mundial pediu guerra. De acordo com Carlos Dorneles, os periódicos de todos os países adotaram o pensamento ideológico americano em seus editoriais. Segundo ele, foram reféns e cúmplices do que o jornalista descreve como uma imprensa que relatou um conflito no Afeganistão sem massacres e destruição.

Quem poderia prever uma nova guerra com mais restrições ainda? Pois a cobertura pós-11 de setembro se tornaria no episódio mais censurado, autocensurado e distorcido de que se tem notícia na história da imprensa em frentes de guerra. Logo depois dos atentados, a imprensa americana — e toda a imprensa ocidental de roldão — pediu guerra, declarou-a antes do governo.

(...) Mas foi por decisão própria que a imprensa tomou o rumo da guerra. É claro que a motivação autoritária do governo americano colaborou. Logo depois da divulgação do primeiro vídeo com pronunciamentos de Bin Laden, a assessora de Segurança Nacional, Condoleezza Rice, conversou com os diretores das redes de TV e dos principais jornais e revistas. Todos se comprometeram a não divulgar na íntegra os vídeos seguintes. Conforme

matéria publicada pelo jornal francês *Libération*, a *CNN* ‘prometeu até aconselhar-se com as autoridades no futuro’.

Carlos Dorneles<sup>40</sup> revela como o correspondente de *O Globo*, José Meirelles Passos, em matéria do dia 6 de novembro de 2001, denuncia a estratégia americana de criar escritórios, cujo nome Centro de Influência Estratégica, teria como objetivo principal divulgar dados de interesses americanos. Além do mais, o Congresso dos EUA, segundo o autor, queria que o presidente George W. Bush contratasse roteiristas e especialistas em comunicação e relações públicas para que fosse criada uma campanha de marketing.

Uma das providências foi a ação tão sigilosa quanto intimidadora: assessores da Casa Branca telefonaram para alguns repórteres mais incisivos, que costumam participar das entrevistas diárias ali e no Pentágono, pedindo que deixassem de fazer perguntas duras, agressivas, em público, ou seja, durante os *briefings* do governo à imprensa, transmitidos ao vivo pelas televisões.

(...) O apelo foi mais que ouvido. No dia 11 de novembro um grupo de altos executivos de Hollywood encontrou-se num hotel de Beverly Hills com um assessor de Bush, Karl Rove. Este pediu que Hollywood participasse do esforço de guerra, que consistiria em três frentes: divulgação do conceito de “guerra ao terrorismo” nos EUA e no mundo, apoio às tropas mobilizadas e manutenção da moral do público americano.

Mas só depois de uma matéria publicada no *The New York Times*, Carlos Dorneles explica a verdadeira intenção de ter sido criado o Centro de Influência Estratégica, que divulgava informações falsas para influenciar a opinião pública internacional. A intenção do Centro era inserir informações

através de correios eletrônicos ou de agências de notícias, que pudessem firmar o propósito defendido pelo governo americano: exterminar o *terror*. Para o relatório anual, que foi publicado no fim de 2001, a organização Repórteres sem Fronteiras chegou a conclusão de que os EUA foram o país que mais promoveu a censura da imprensa, motivado pelo patriotismo.

O *The New York Times* publicou reportagem revelando que o Pentágono cogita a divulgação de informações falsas nas agências de notícias estrangeiras por meio de pessoas que não tenham laços óbvios com o Pentágono. Outra proposta envolvia o envio de e-mails para jornalistas, líderes civis e estrangeiros para promover a visão americana ou ataques a governos inimigos. Os autores dessas mensagens não seriam militares americanos, mas pessoas e empresas supostamente desligadas do governo dos EUA.

(...) Nenhuma descrição poderia ser mais reveladora da fantástica máquina de fazer propaganda dos pró-EUA. E ali estava também uma antecipação do que seria a cobertura de cada episódio da guerra.

(...) No fim de 2001, no seu relatório anual, a organização Repórteres sem Fronteiras incluiu os EUA como um dos países que prejudicam a liberdade de imprensa: 'Desde o 11 de setembro que se constata que a imprensa está em perigo dentro dos EUA devido à censura oficial de imagens e opiniões e à autocensura motivada pelo patriotismo. Os EUA consideram que estão numa guerra declarada e que os jornalistas devem se converter em patriotas'.

Quando perguntado por que os jornais brasileiros enfatizaram que a *guerra era contra o terror*, e quem na verdade praticou o *terror*, o jornalista Flávio Henrique Lino disse que, como o atentado foi de grandes proporções

e atribuído a Bin Laden, a comunidade internacional tomou como de direito um ataque ao Afeganistão. Para ele, a resposta da imprensa de uma *guerra contra o terror* foi mundial. O jornalista também acredita que os governos sempre tentaram usar a imprensa como propaganda de guerra, mas afirmou que no episódio do dia 11 de setembro, nenhuma manipulação precisou ser feita para que a imprensa ajudasse aos interesses americanos numa resposta contra o *terror*. "A ênfase não foi apenas de jornais brasileiros, foi de toda a imprensa mundial. O que ocorreu foi um atentado terrorista de enormes proporções, atribuído a Bin Laden, que estava escondido no Afeganistão, abrigado pelo governo local. A comunidade internacional viu como legítimo um ataque ao Afeganistão, uma vez que o regime talibã não quis entregar Bin Laden. Logo a guerra foi encarada como uma resposta ao *terror*. (...) Os governos sempre tentam usar a imprensa para atingir seus objetivos. Dito isso, os dramáticos fatos de 11 de setembro, que levaram à morte de três mil pessoas, não necessitavam de nenhuma manipulação explícita por parte das autoridades para que ajudassem na propaganda de guerra. Bastava noticiar os fatos que eles falavam por si próprios. Mesmo em países hostis aos EUA, como o Irã e a Líbia, a população e os governos locais se solidarizaram com o drama americano."

Para a jornalista Eliane Cantanhêde, as notícias tratadas pelos americanos como de segurança nacional não influenciaram a imprensa brasileira e os jornais não foram tomados pelo *grito de guerra* promovido pelos americanos. De acordo com ela, o fato em si era de interesse público e jornalístico. "A explosão das torres gêmeas foi um fato político internacional e profundamente jornalístico em si mesmo. Ninguém precisou ser influenciado por ninguém para investir muito na cobertura e na edição. O *terror*, naquele momento, foi contra os EUA e seus cidadãos civis. O ato foi evidentemente, flagrantemente, indubitavelmente, terrorista. (...) A imprensa americana tem esse pecado de origem: na hora que a porca torce o rabo, há sempre uma simbiose entre imprensa e Estado, e as notícias são



tratadas como questão de segurança nacional. Acho isso perigoso, porque não é bom para a democracia nem para a liberdade real de expressão. Mas isso não atingiu, a meu ver, a imprensa brasileira”.

Os países industrializados controlam, segundo Clovis Rossi<sup>41</sup>, os fatos internacionais divulgados no mundo, através das agências de notícias e publicidade. As informações oferecidas por esses veículos têm um peso muito grande em relação às notícias produzidas por fontes próprias das publicações brasileiras. Clóvis Rossi cita um exemplo de tal deturpação das informações quando, em 1979, o Papa João Paulo II foi ao México e concedeu entrevista aos jornalistas que acompanhavam a comitiva. O pontífice havia dito que a Teologia da Libertação (política iniciada no Concílio Vaticano II e colocada em prática no final da década de 1960) passa pela conscientização, organização e libertação político-social, econômica e cultural de todos os submetidos a qualquer forma de opressão. Tenta unir o político à reflexão teológica, fazendo da fé a dimensão pela qual se filtram as questões sociais. Segundo o Papa, ela é verdadeira, mas poderia ser uma teoria falsa, se comessem a politizar e aplicar sistemas de análises que não sejam cristãos. Para Clóvis Rossi, o Papa iria inaugurar a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, cujo tema principal era a Teologia da Libertação. A Teologia, de acordo com o jornalista, havia sido lançada recentemente no México, país que mantinha um regime totalitário o qual a igreja era contra. Para ele, uma declaração condenando a Teologia da Libertação teria um peso político significativo.

Ao correspondente em Roma da revista brasileira *Veja*, João Paulo II comentou a Teologia da Libertação — uma avançada formulação teológica que prega mudanças socio-político-econômicas em profundidade no Continente — nos seguintes termos: ‘A Teologia da Libertação é uma teologia verdadeira, mas pode ser talvez uma falsa teoria. Se se começa a politizar a teologia, a aplicar sistemas ou meios de análise que não são

cristãos, então não é mais teologia. Teologia da Libertação sim, mas qual?’

Pois bem. Os repórteres das agências de notícias, que também estavam a bordo do avião papal, ou não ouviram direito as palavras do Papa ou as distorcendo deliberadamente, enviaram para todo o mundo a notícia de que o Papa condenara a Teologia da Libertação.

Clóvis Rossi analisa a postura das publicações brasileiras e diz que os jornais não deveriam se pautar por notícias internacionais de interesse do *The New York Times* e *Le Monde*. Para ele, os periódicos produzidos no Brasil deveriam olhar mais para a América Latina, países que ainda mantêm um regime ditatorial, onde as notícias internas são censuradas. De acordo com Clóvis Rossi, os jornais do mundo todo divulgam denúncias e informações sobre os países Latinos, mas eles (citando *Le Monde* e o *The New York Times*) não têm uma proximidade geográfica e uma língua que se aproxima do português, como o castelhano. Os jornais brasileiros chegam em países da América Latina no mesmo dia em que são editados aqui.

Se o papel das agências internacionais de notícias é tão poderoso, no mundo todo, no caso específico da América Latina — subcontinente que nos deveria interessar mais de perto, pela proximidade e semelhança de problemas — a questão se torna ainda mais grave: **a grande maioria das publicações brasileiras parece pautar seu enfoque, em assuntos internacionais, por aquilo que interessa a *The New York Times* ou *Le Monde*, e não pelos interesses nacionais brasileiros.** Essa deformação se torna evidente pela simples conferência do número de correspondentes que as publicações brasileiras têm na Europa Ocidental e nos EUA, de um lado, e na América Latina, de outro.

(...) No momento em que boa parte dos países da América do Sul vive sob férreas ditaduras militares e o Brasil retorna algumas das liberdades democráticas suprimidas durante largo período, o papel da imprensa brasileira em relação à situação de seus vizinhos cresce mais em importância. A imprensa brasileira acaba sendo o principal veículo de divulgação de notícias e denúncias sobre Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai, Uruguai etc., notícias que não podem ser divulgadas internamente, dadas as condições políticas. É evidente que os jornais liberais da Europa e dos EUA também divulgam tais notícias e denúncias, mas a proximidade do Brasil torna a sua imprensa mais importante até mesmo do que os poderosos e conceituados *Le Monde* e *The New York Times* etc. Primeiro, porque a proporção dos que lêem francês ou inglês no continente é relativamente reduzida, ao contrário do que ocorre com o português, idioma razoavelmente semelhante ao castelhano. Segundo, porque ao menos em Buenos Aires, Montevideu e Assunção do Paraguai, os jornais brasileiros chegam todos os dias, no mesmo dia em que são editados.

Por considerar que a imprensa brasileira possui uma posição desfavorável em relação a dependência de informações de agências noticiosas, a jornalista Cremilda Medina<sup>42</sup> analisa em seu livro, *Notícia: um produto à venda*, como a mídia impressa, em um acontecimento como a visita do presidente Richard Nixon à China, e posteriormente, a Moscou, em 1972, não enviou nenhum correspondente ao local. A jornalista critica os jornais brasileiros por terem apenas dado, em suas edições, um pequeno acréscimo histórico, um tratamento na diagramação e acabamento de texto, somente. E também acrescenta que a cobertura focou apenas a visita do presidente americano, acompanhado de sua esposa e os personagens políticos, como se fosse apenas um diário de viagem.

Na cobertura, uma preocupação clara: fornecer ao leitor todos os ângulos

pitorescos dos personagens que viviam a ação. Mas essa angulação não foi local, dos jornais estudados. Vinha pronta das agências norte-americanas. Como não houve repórteres desses jornais junto ao acontecimento, toda a cobertura foi importada. Os editores assumiram a captação das agências com toda a tranqüilidade. Foram um ou outro acréscimo, geralmente histórico, de arquivo (mas até isso, ou as agências mandaram ou já estava guardado), o resto foi apenas diagramação e acabamento de texto. As informações se comportaram exatamente no nível cultura de massa. A visita foi irradiada nos mínimos detalhes de um diário de viagem; os focos foram sempre os personagens políticos e a esposa do presidente norte-americano, a grande vedete da cobertura, realizando diabruras na China. O ambiente, sobre o qual havia muita expectativa de informações — China, seus habitantes, valores e hábitos de vida cotidiana —, ficou em segundo plano.

Após os atentados terroristas, a situação diplomática do Brasil com países orientais, que têm as raízes do terrorismo fincadas em seu solo, ficou delicada. Isto se deu ao ponto de o Itamarati começar a se preocupar com sua política internacional de aproximação — a princípio benéfica —, mas que, com uma futura invasão militar norte-americana, poderia comprometer as relações externas com os EUA. Em sua coluna, *Coisas da Política*, Dora Kramer<sup>43</sup> acredita que o governo brasileiro deve reduzir o ritmo de aproximação com países acusados de praticar o terrorismo, entre eles, alguns com os quais o Brasil tentava manter uma relação comercial, como o Irã. E cita alguns exemplos:

O Irã, onde está neste momento uma missão comercial brasileira; o Iraque, onde o Brasil reabriu sua embaixada depois de seis anos; a Líbia, para onde já foi mandado um representante diplomático; e a Coréia do Norte, com quem reatamos relações recentemente.

(...) Os diplomatas não chegam a impor reparos graves à política do chanceler Celso Lafer, mas apontam que, à exceção do Irã, nenhum deles traz ao Brasil especiais benefícios. De ordem econômica nem no que tange ao prestígio internacional.

(...) O que existe é apenas uma preocupação de que não se prossiga em avanços que possam ser interpretados como atitudes de endosso ou opção preferencial por governos ligados a qualquer episódio de terror.

Os jornais brasileiros apoiaram os americanos na Segunda Guerra Mundial. Em 1937, Getúlio Vargas foi então eleito presidente oficial do Brasil após ter tomado o poder com a ajuda do Exército, no ano de 1934; proclamou o Estado de Exceção, proibiu todas as organizações políticas, dissolveu o congresso e declarou o Estado Novo. Ele foi considerado um ditador, pois o novo regime tinha características fascistas. A imprensa era contra o governo totalitário implantado no Brasil, e se mostrou ao lado dos americanos na Segunda Guerra, como relata em seu livro *A história da imprensa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré<sup>44</sup>.

O irrompimento da Segunda Guerra Mundial, em 1939, teria reflexo muito profundo no Brasil: na fase inicial, de avanço vitorioso e irresistível das forças nazistas, fascistas e nipônicas, esses reflexos foram no sentido de fortalecer o regime totalitário aqui dominante; o Brasil adotou posição neutra, o noticiário da imprensa e do rádio mostrava isso; a partir da entrada dos EUA no conflito, em 1941, aqueles reflexos se fizeram em sentido oposto; a entrada do Brasil na guerra, no segundo semestre de 1942, foi, realmente, a consolidação dessa mudança: o Estado Novo começou a deteriorar-se rapidamente. No decorrer dessa evolução, a imprensa teve condições para desafogar progressivamente as suas manifestações.

A maioria dos jornais tomou partido dos países que combatiam o nazifascismo: a propósito do que ocorria no exterior, as críticas visavam o que acontecia no Brasil.

## DESDOBRAMENTO DO ATENTADO

### *O código de ética e a cobertura jornalística*

A primeira edição jornalística que se tem notícia é a *Ata diurna*, publicada em Roma a pedido do imperador Júlio César. Ele queria que o noticiário fosse posto no Fórum da antiga cidade de Roma, diariamente, no qual eram impressos informações sobre decretos, leis etc.

O primeiro jornal impresso em madeira foi publicado em Pequim, no século VI e VII d.C. Com o surgimento de placas de metais, inventadas pelo alemão Johann Gutenberg, a Europa, nos meados do século XVI, avançou na distribuição de notícias. As informações eram vendidas ao preço de uma gazeta — uma moeda de baixo valor. Foi a partir daí que os jornais informativos deram-se o nome de Gazeta, uma publicação com preços reduzidos. Nota-se que na Alemanha, Inglaterra e Holanda, do século XVI e XVII, eram proibidas por reis e governantes a divulgação de informações nacionais por meio de jornais. Isso ocorreu porque o alto clérigo não permitia qualquer tipo de crítica à monarquia. É claro que, por esta razão, foram criadas publicações que atendessem aos interesses do poder.

No Brasil, o *Correio Braziliense*, editado em Londres por Hipólito da Costa, foi o primeiro jornal com fortes tendências editoriais pela independência do país. Logo depois, surgiram periódicos como *A Gazeta do Rio de Janeiro*, que, como várias publicações criadas entre os anos de 1808 e 1821, foi o primeiro jornal impresso no Brasil. A *Imprensa Régia* foi fundada com a vinda da família real ao país, em 1808, e foi o veículo que divulgava informações de interesse do imperador. Em 1821, acabou a censura prévia e, com o seu fim, os veículos impressos começaram a se multiplicar. No ano de 1827, o Brasil já tinha 54 periódicos.

No reinado de D. Pedro II (1831-1889), surgiram jornais como *O Jornal do Commercio*, que um século depois iria se tornar propriedade dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, *A Gazeta da Tarde*, editada por José do Patrocínio, que era a favor da campanha abolicionista, e o *Diabo Coxo*, primeiro jornal a usar a caricatura com fins políticos. Em 1891, o *Jornal do Brasil* é lançado. O primeiro jornal em cor, *Gazeta de Notícias*, surgiu em 1907. Logo depois vieram *O Globo* e *Correio da Manhã*. Em 1951 surgiram jornais como o *Última Hora*, de Samuel Wainer (que foi acusado de ter recebido dinheiro do Banco do Brasil para financiar o jornal. A campanha contra o *Última Hora* teve entre seus opositores, o jornalista Assis Chateaubriand e Carlos Lacerda). Em 1960, a imprensa se modernizou. A revista *O Cruzeiro* (de Assis Chateaubriand) foi a primeira publicação a mostrar fotos coloridas e a vender mais de um milhão de exemplares semanalmente. Na década de 60 também surgiram revistas como *Manchete*, de Adolfo Bloch, e *Realidade*.

Pode-se dizer que uma das causas para a expansão do jornalismo foi devido ao início da industrialização e aos fatos políticos que aconteceram: o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e o golpe militar de 1964. A primeira lei de imprensa, número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, foi aprovada em tempos de ditadura, dificultando a livre tramitação de idéias, já que a situação na qual o país se encontrava era de repressão. A primeira frase abaixo do título da lei afirmava: *Regula a liberdade de manifestação do pensamento e da informação*<sup>45</sup>. O primeiro decreto-lei foi criado por Getúlio Vargas, em 30 de novembro de 1938, no qual regulamenta a profissão do jornalista como sendo um “trabalho intelectual cuja função se estende desde a busca de informações, até a redação de artigos, orientação e direção do trabalho”. E que em seu artigo 17 diz que o governo federal, em conjunto com os governos estaduais, promoverá escolas de preparação ao Jornalismo com o intuito de oferecer base teórica aos profissionais de imprensa. Mas só foi em 1943 que ficou instituído o primeiro curso de Jornalismo, ministrado

pela Faculdade Nacional de Filosofia em cooperação com a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e os sindicatos da categoria. Porém, em 17 de outubro de 1969, os ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica, usando o artigo terceiro do Ato Institucional número 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o primeiro parágrafo do artigo segundo do Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, exigem que o jornalista tenha o diploma de nível superior. É nesta data que surgem as primeiras faculdades de Jornalismo no Brasil.

Com a grande propagação do rádio e com o surgimento da televisão no país, a imprensa começou a ser influenciada pela maneira de buscar a informação e o estilo dos jornais norte-americanos. Para tanto, adotou o *lead*, por meio do qual o repórter deve responder a perguntas básicas, antes de escrever sua matéria, para que o leitor não se desvirtue do texto. São elas: *quem, que, quando, onde, como e por quê*.

Os jornais evoluíram e com eles a prática de transmitir mensagens em menor espaço de tempo. Para John B. Thompson, em seu livro *A mídia e a modernidade*<sup>46</sup>, o Império Romano, as elites políticas, eclesiásticas e comerciais na Europa Medieval mantiveram elaboradas redes de comunicação. Segundo ele, foi com o desenvolvimento de relações comerciais com outros territórios mundiais, em meados do século XV, que os canais de comunicação, entre as potências da Europa e outras regiões, foram atraídos pela expansão colonial européia.

Foi somente no século XIX, porém, que as redes de comunicação foram organizadas sistematicamente em escala global. Foi no século XIX, portanto, que a globalização se firmou. Isto se deveu em parte ao desenvolvimento de novas tecnologias destinadas a dissociar a comunicação do transporte físico das mensagens. Mas foi também ligado diretamente a considerações econômicas, políticas e militares.

De acordo com Thompson, as agências de notícias tiveram considerável importância para a formação das redes de comunicação global no século XIX. Elas coletavam informações e distribuíam para diversas partes do mundo. Como trabalhavam diretamente para os veículos de comunicação, as agências forneciam dados, histórias, que poderiam ser publicados por todos os jornais, rádios e televisões, disseminando assim, uma notícia para uma camada extensa da população.

Com a modernização dos jornais, a disseminação das agências de notícias e a influência norte-americana, o código de ética no jornalismo foi adotado pela Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, publicado na revista *Legislação Brasileira*<sup>47</sup>, apresentado pelo Sindicato de Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e aprovado pelo Congresso Nacional de Jornalistas de 1968. No texto havia normas de conduta entre jornalistas e suas fontes, e condenava qualquer tipo de submissão a forças que impediam o uso da verdade para atender a interesses escusos e contrários à comunidade, entre outros itens.

Em seu livro *Chatô, o rei do Brasil*<sup>48</sup>, Fernando Morais conta o que Assis Chateaubriand fazia para conseguir manter seus anunciantes nas páginas de *O Cruzeiro* (que, com o suicídio de Getúlio Vargas, chegou a vender 720 mil exemplares). A revista publicava poemas de Antônio Sanchez Larragoiti ou de sua mulher, Rosalina Coelho Lisboa, em página inteira, porém, a publicação dos textos interessava Chateaubriand. Pois Antônio Sanchez Larragoiti era o dono da companhia de seguros Sul-América. De acordo com Fernando Morais, o jornalismo dos anos 30, apesar das grandes transformações gráficas e aumento das publicações jornalísticas, ainda mantinha uma postura antiética.

(...) A mesma *O Cruzeiro*, que usava serviços e máquinas que eram a última moda no mundo desenvolvido, ainda dava, em página inteira, melosos poemas de Antônio Sanchez Larragoiti ou de sua mulher, a bela

Rosalina Coelho Lisboa (poemas que já eram ilustrados por Alceu Pena, que se celebrizaria nas décadas seguintes como o autor da seção ‘Garotas’, da revista). Está certo que, independentemente da qualidade literária, os poemas de Larragoiti ou Rosalina — esta uma poetisa reconhecida, e não uma dileitante eventual — tinham uma razão especial para receber tanto destaque em *O Cruzeiro*: ele era o dono da companhia de seguros Sul-América, um dos maiores anunciantes dos Associados. Mais do que ninguém, no entanto, Chateaubriand sabia que bom jornalismo não se fazia com ‘pedaços de ferro’, como ele já dissera, mas com gente.

**“É intolerável que o processamento da informação seja deliberadamente posto a serviço de fins políticos, ideológicos e pessoais”.** Segundo o *Manual de Redação e Estilo de O Globo*<sup>49</sup>, o tratamento dado à notícia tem a influência da linha editorial do jornal a cada fato reportado. E acrescenta: “Ao reconhecer essa contingência, não pode se acomodar a ela: deve zelar para que a influência seja mínima, idealmente nenhuma, repelindo a fraude que se expressa na deturpação ou na ocultação dos fatos”.

Em seu livro *O mundo, esse lírio*<sup>50</sup>, Luiz Garcia diz que os veículos de comunicação costumam apresentar falhas na avaliação dos fatos e na distribuição de seu espaço. Para ele, parte desta deficiência é devido à má formação de profissionais e às limitações que fazem parte da “própria natureza do jornalismo diário”.

Com poucas horas para selecionar, avaliar e transformar em notícias uma quantidade avassaladora de informações, trabalha-se sempre sob extraordinária pressão, e a margem de erro é considerável. Nisso, o jornalismo se parece com a democracia: só continua existindo porque ninguém inventou nada melhor. Parte dos problemas aqui mencionados, portanto, não existiria se a produção jornalística fosse de melhor qualidade.

(...) Dependendo de como resolvem seus dilemas éticos, jornal e jornalista perdem ou ganham prestígio e credibilidade. É tão óbvio que custa a crer que uns e outros ainda sabotem os seus melhores interesses. Acontece quando decisões editoriais são subordinadas a interesses que não são os da comunidade, e quando se procura levar a sociedade, pela manipulação da informação, a agir desta ou daquela maneira.

Terça-feira, 11 de setembro de 2001. Foi publicado no site da *Folha On Line*<sup>51</sup> uma matéria às 15h27, antes das edições extras serem colocadas às ruas. “Embaixador palestino pede ‘responsabilidade’ a imprensa brasileira”. Na verdade era um pedido do representante diplomático da Organização para a Libertação da Palestina no Brasil, Musa Amer Odeh, para que a imprensa brasileira tenha responsabilidade ao falar sobre o terrorismo, pois o seu povo também sofre com atos bárbaros.

O representante diplomático da Organização para a Liberdade da Palestina no Brasil, Musa Amer Odeh, declarou que os membros de seu povo ‘também são vítimas de terrorismo e sentem solidariedade para com os americanos’. Ele implorou que a imprensa brasileira tenha responsabilidade ao falar do assunto.

Odeh declarou que não há suspeitas com relação ao envolvimento de palestinos nos ataques e lembrou o atentado de Oklahoma, de 1996. Na ocasião, descobriu-se que o responsável pelo atentado a um prédio do governo dos EUA era o membro de um grupo militar americano, Timothy Mc Veigh.

Nenhum dos jornais analisados, tanto *O Globo*<sup>52</sup> quanto o *Jornal do Brasil*<sup>53</sup>, em suas edições extraordinárias do 11 de setembro de 2001, que foram distribuídas às 16h, e rapidamente sumiram das prateleiras das bancas

de jornal, divulgaram o apelo de Musa Amer Odeh. Segundo o código de conduta dos jornais, aprovado pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), em vigor desde 1991<sup>54</sup>, os “leitores deverão ter acesso às diferentes versões dos fatos e às diversas tendências de opinião da sociedade”. E que deve garantir “a publicação de contestações objetivas das pessoas ou organizações acusadas, em suas páginas, de atos ilícitos ou comportamentos condenáveis”. Na declaração de princípios para a conduta dos jornalistas, adotado pelo Segundo Congresso Mundial da Federação Internacional de Jornalistas, em Bordeaux, de 25 a 28 de abril de 1954, e emendado pelo Décimo Oitavo Congresso Mundial da FIJ, em Helsink, de 2 a 6 de junho de 1986, o “direito à verdade e o direito do público à verdade é o primeiro dever do jornalista. E que no exercício deste dever, o jornalista há de defender os princípios de liberdade na apuração e publicação honesta das notícias, e o direito a comentário e crítica”. De acordo com o *Código de Ética do Jornal Correio Braziliense*, um dos deveres dos profissionais das redações é “respeitar a verdade: comprovar a correção da informação antes de a notícia ser publicada; recorrer a diversas fontes; garantir a audiência das partes interessadas”. Para o jornal, o jornalista no seu exercício da profissão deverá “excluir das matérias as referências discriminatórias”. E promover “a pronta retificação das informações inexatas ou falsas”. Segundo o *Código de Ética da Federação Nacional dos Jornais* (Fenaj), o profissional deve ter como compromisso fundamental buscar, por meio de apuração precisa, a verdade dos fatos e sua correta divulgação. No código está escrito que uma das responsabilidades dos jornalistas é **“ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objetos de acusações não-comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas”**.

O *Manual de Redação da Folha de São Paulo*<sup>55</sup>, em seu verbete ética, diz que o jornalista “deve procurar conhecer todas as versões de um fato e registrá-las com fidelidade. Ele tem responsabilidade moral pelas informações que coleta e transmite, as quais devem ser sempre exatas e

comprovadas”.

De acordo com Alberto Dines<sup>56</sup>, o jornalista é um “permanente buscador”, deve sempre questionar o fato, indagar sobre sua veracidade, acreditar na notícia.

Pejorativamente, diz-se que o jornalista é um cavador. Diríamos melhor que o jornalista é um permanente buscador. Jornalista conformado não é jornalista. O profissional de imprensa, pessimista ou cínico prejulga, não acredita no que pode acontecer, pois já sabe o que vai acontecer. Quem não acredita na notícia não a persegue e não a encontra.

Há um componente otimista dentro da profissão que a torna vulnerável às tendências, aguça sua percepção, espicaça sua criatividade. Essa inquietação gera ou é gerada por uma permanente sensibilização. Qualquer anormalidade deve ser percebida, seguida, desvendada. O jornalista é o profissional da indagação, do questionamento.

José Arbex Jr.<sup>57</sup> diz que a imprensa precisa analisar os dois lados da notícia, pois ela tende a construir uma imagem deturpada dos fatos. Ele cita o caso dos EUA que tinham interesses em neutralizar a influência da Rússia em países integrantes da União Soviética, assim como desestruturar toda e qualquer tipo de manifestação ou movimento comunista, e conter uma futura expansão islâmica. Essas razões levariam os EUA a investir em uma ofensiva contra a Sérvia, em 1999, por meio do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sob o argumento de livrar os albaneses kosovares da caçada de Slobodan Milosevic. Segundo Arbex, nas primeiras três semanas de ataque, a OTAN “causou mais vítimas entre os albaneses kosovares do que o número de vítimas das perseguições movidas pelas tropas de Milosevic nos três meses anteriores”. A imprensa agiu em defesa dos albaneses kosovares e mostrou uma imagem maligna dos sérvios. De acordo com

José Arbex, não se trata de inocentar Slobodan Milosevic pelas acusações impetradas por Washington e OTAN. Para ele, é necessário mostrar como a mídia apresenta sua interpretação diante dos fatos.

Todos os preconceitos construídos pela mídia contra os sérvios durante a cobertura da Guerra da Bósnia foram novamente mobilizados na cobertura da Guerra do Kosovo. Por meio da propagação midiática, os fatos inscritos na memória coletiva (nesse caso, a constatação de que os sérvios representam o mal) tornam-se visíveis pela televisão e analisados pelos jornais impressos. Assim constrói-se uma relação de cumplicidade com o público telespectador e leitor. Nada disso quer dizer que Slobodan Milosevic seja inocente das acusações feitas pela OTAN ou mesmo por Washington. Trata-se, apenas, de mostrar como e por que a mídia constrói a sua versão, de analisar as condições em que se estabelecem os limites para as interpretações dos fatos.

O governo americano pediu aos jornalistas mais patriotismo. A imprensa obedeceu. Carlos Dorneles explicou que a *CNN* manteve a atitude do governo e contribuiu com a propaganda de guerra, além de censurar os pronunciamentos contrários aos discursos oficiais. E acrescenta que a emissora norte-americana teve como seu maior rival a TV *Al Jazira*, pois foi a única que divulgou os depoimentos de Osama bin Laden. Enquanto a *Al Jazira* mostrava imagens de confrontos em Cabul, as televisões americanas colocavam no ar imagens de bombas, “que são luzes em fundo escuro”.

No dia 29 de setembro, o *Estadão* publicou matéria dizendo que a *Al Jazira* é considerada uma das emissoras mais simpáticas ao Talibã e a Bin Laden. O texto, baseado em informações das agências *Associated Press*, *France Press* e *Ansa*, aponta como prova de tal afirmação o fato de a emissora ter citado, em seu noticiário, ‘uma fonte ligada ao movimento Al Qaeda para

informar sobre a prisão de agentes americanos’. Isso mesmo, a *Al Jazira* começa a ser acusada de terrorismo por ter fontes.

Quando começou o ataque ao Afeganistão, a *Al Jazira* teve o sucesso do monopólio. Obediente às regras definidas pelo governo americano, as televisões não têm o que pôr no ar, a não ser as manjadas imagens de bombas que são luzes em fundo escuro. A *Al Jazira* foi a única a registrar, de perto, os ataques aéreos. Ela tinha acordo de utilização de material com a *CNN*, mas as outras emissoras americanas começaram a piratear as imagens da TV do Catar, alegando ‘situação de emergência’.

Para o jornalista Carlos Dorneles<sup>58</sup>, a mídia mundial gosta de guerra, de transcrição de informações do Pentágono, de fontes de um lado só. E analisa o comportamento da imprensa, que mesmo em guerras como a do Afeganistão, assume o seu lado passivo e de submissão ao governo americano.

A imprensa gosta de guerra. Pode parecer exagero, força de expressão, jogo de palavras. Não é. **A imprensa gosta de guerra, mesmo de uma como a do Afeganistão: guerra de press-release, de transcrição de informes do Pentágono, de fonte de um lado só.** Guerra em que a imprensa foi sempre uma espectadora passiva. E foi algumas vezes por passividade e outras tantas por cumplicidade que a imprensa fez a cobertura que interessava ao governo americano.

Mesmo que o governo dos EUA estivesse sendo comandado por um homem que iria à guerra de qualquer maneira, a imprensa americana tomou a frente desde o início, assumindo uma posição belicista e criticando a “lentidão” da resposta. A imprensa brasileira acompanhou.



Quando o caso é deturpação de informações por parte da imprensa, Carlos Dorneles conta que a Aliança do Norte tinha fama de torturar presos de guerra, mutilar e estuprar pessoas. É que, em setembro de 2001, a Aliança do Norte teve como aliado os EUA, dispostos a retirar o regime talibá do poder. Com a proteção dos EUA, os talibás da Aliança do Norte se acharam no direito de cometer diversas atrocidades. A mídia publicou informações totalmente contrárias ao massacre em solo afegão.

No início de novembro de 2001, a ONU denunciou massacres da Aliança na tomada de Mazar-e-Sharif: ‘Nós confirmamos que mais de 100 soldados, todos jovens e recrutas do Talibá, foram mortos numa escola onde estavam escondidos’, afirmou Stephanie Bunker, oficial de direitos humanos da ONU em Islamabad. Em 14 de novembro, os jornais mostravam fotos de fuzilamentos de talibás já rendidos. Atrocidades e execuções ocorriam diante dos fotógrafos, como uma exibição dos soldados da Aliança.

Naquele mesmo dia, Robert Fisk, do jornal britânico *The Independent*, fazia uma advertência: ‘As súbitas vitórias da Aliança no Afeganistão podem ser boas notícias para o Ocidente, mas as más notícias não tardarão a chegar. Os pistoleiros usbeques, tadjiques e hazaras que compõem esse exército maltrapilho têm uma reputação sangrenta por torturar e executar prisioneiros que, se retomada nos próximos dias, enfiará EUA e Reino Unido num abismo moral’.

(...) Em 19 de novembro, a imprensa ocidental dava incríveis novas versões para os massacres. O jornal britânico *Daily Telegraph* publicava matéria dizendo que, em Kunduz, eram os militantes da própria Al Qaeda que estavam matando em massa os talibás que queriam se render diante do avanço da Aliança do Norte. Na *CNN*, um comandante da Aliança disse que ‘combatentes talibás atiraram uns nos outros quando avistavam tropas

rebeldes avançando em sua direção’. De acordo com a mídia, não era massacre, era suicídio coletivo de soldados amedrontados.

De acordo com o jornalista Clóvis Rossi<sup>59</sup>, a coleta de informações, precisas e bem apuradas, deveria ser o foco principal do jornalismo. E analisa o trabalho realizado nas redações, depois de longos anos de ditadura e censura a várias publicações brasileiras. Segundo ele, **os jornalistas dão preferência à declaração e não à informação**. Clóvis Rossi cita um caso que ocorreu no jornal *O Globo*, em relação a uma declaração do coronel Alberto Natusch Busch, durante o golpe de novembro de 1979, na Bolívia, do qual ele era o autor, e que enfrentava séria resistência da sociedade civil e de alguns setores das Forças Armadas. O repórter de *O Globo* conseguiu uma declaração do próprio coronel, que afirmou não enfrentar nenhum tipo de resistência, pois seu movimento permaneceria no poder, com o apoio das Forças Armadas. Conclusão: no mesmo dia em que o jornal carioca circulava com as informações do coronel de sua não-saída do governo, Natusch Busch deixava o poder e entregava-o a presidenta do Congresso, “sob pressão da sociedade e pela falta de unidade interna nas Forças Armadas”.

Um exemplo bastante ilustrativo de como a declaração, pura e simples, pode distorcer violentamente o noticiário: durante o golpe de novembro de 1979, na Bolívia, o enviado especial do jornal carioca *O Globo* empenhou-se decididamente em conseguir uma entrevista, de preferência exclusiva, com o coronel Alberto Natusch Busch, autor de um golpe que enfrentava séria resistência da sociedade civil e até de alguns setores institucionalistas das Forças Armadas. A paciência e o empenho do repórter acabaram recompensados: certa manhã, ele conseguiu cercar o coronel, à entrada do Palácio de Governo, e extraiu dele declarações que seu movimento estava consolidado no poder e respaldado pelas Forças Armadas. No mesmo dia

em que o jornal carioca circulava com esse título, Natusch Busch deixava o poder, entregando-o à presidenta do Congresso, sob pressão da sociedade e pela falta de unidade interna nas Forças Armadas.

O *Jornal Nacional* de 25 de janeiro de 1984 mostrou imagens de uma manifestação pública na praça da Sé, em São Paulo, e disse aos seus telespectadores que era uma comemoração em prol do aniversário da cidade. As pessoas que participavam da movimentação faziam parte da campanha a favor das eleições diretas, que elegeu Tancredo Neves para presidente.

Outro caso que chamou a atenção, em 1989, foi a candidatura do presidente Fernando Collor de Mello, que teve o apoio de vários veículos de comunicação, inclusive das empresas da família Marinho. Em 1992, foi a vez de jovens descontentes com a administração do governo federal irem para a rua protestar contra a permanência de Collor. Mais uma vez a *Rede Globo* quis ignorar a manifestação a favor do *impeachment* do presidente em exercício. Para o jornalista Eugênio Bucci<sup>60</sup>, o bom jornalismo está calcado na busca incessante às verdades dos fatos e pelo seu equilíbrio para mostrar os dois lados envolvidos na notícia.

Lembremo-nos de que o brasileiro se informa prioritariamente pela televisão, e que, agora, no ano 2000, a liderança da *Globo* sobre as outras redes ainda é uma realidade. E era ainda mais forte em 1984 e 1992. Uma mentira narrada como verdade pelos locutores da *Globo* não é a mesma coisa que uma mentira publicada num quinzenário de uma pequena cidade. Muitas vezes, as versões consagradas na tela da *Globo* persistem temporariamente como verdade.

(...) A discussão ética só produz resultados quando acontece sobre uma base de compromisso. Se uma empresa de comunicação não se submete,

na prática, às exigências de busca da verdade e do equilíbrio, o esforço de diálogo vira proselitismo vazio. E inútil. No máximo, um colóquio de etiqueta. Aliás, é assim que acontece com frequência. Debatem-se as boas maneiras dos repórteres, se eles tratam bem o entrevistado, se se apresentam corretamente como jornalistas, se ouvem os dois ou mais lados do tema que estão cobrindo, se invadem a privacidade da atriz que depois decide processar a revista — que por sua vez só vive de explorar detalhes da intimidade de pessoas famosas —, e assim por diante. Tudo isso é importante, claro, mas é pouco diante das faltas éticas que vitimam a sociedade brasileira. Essas até contam com a colaboração ativa de jornalistas que tomam parte na confecção das imposturas, mas em geral são cometidas por empresas e não por redatores; são faltas institucionais e não desvios pessoais.

E para concluir o seu raciocínio, Eugênio Bucci<sup>61</sup> diz que a prática da desinformação não deve ser simplesmente creditada a profissionais desrespeitosos com o trabalho jornalístico, mas, sim, a atitudes empresariais, pois prejudicam o maior interessado na qualidade do produto comercial noticiado: o cidadão.

A desinformação não se deve apenas a maus profissionais, mas também a atitudes empresariais que revelam falta de compromisso com o direito à informação, que se articulam para excluir o cidadão das decisões que em seu nome são tomadas. O único interessado na discussão ética é o cidadão — não os proprietários dos órgãos de imprensa, não os jornalistas, não os governantes (que também são cidadãos mas se encontram investidos de condições que os diferenciam dos demais); o único interessado é o cidadão como outro qualquer, aquela pessoa comum que consome as notícias e que, no fim, é o beneficiário final do jornalismo de qualidade — ou a vítima do jornalismo vil.

De acordo com Eugênio Bucci<sup>62</sup>, tanto no jornalismo televisivo como no impresso, a base para uma boa notícia de qualidade é em relação ao culto a falsas imagens. Para ele, a mídia utiliza-se de vilões e mocinhos para fazer valer da audiência e vendas de jornais. E cita exemplos de personalidades que são cultuadas ou satanizadas pela imprensa, como Saddam Hussein, Fidel Castro, Yasser Arafat, Osama bin Laden (que no 11 de setembro de 2001 ficou conhecido como a encarnação do mal), e os ditos santos, Madre Teresa de Calcutá, Lady Di e o Papa João Paulo II, entre outros.

A consequência da confecção da realidade espetacular não está apenas no sensacionalismo; ela redundava em egocentrismo, em fetichismo, em sexismo e se materializa no culto das falsas imagens. Os personagens são reais e, no entanto, fabricados — sempre falsos, em alguma medida. Reais porque de fato têm lugar no mundo dos mortais, como pessoas de carne e osso. Fabricados (e falsos) porque sua composição segue uma coerência mais dramática do que propriamente factual. Essa característica sempre esteve aí, desde que começaram a ser publicadas as primeiras reportagens, mas ela se intensificou violentamente nas últimas décadas. Emergem santos e vilões no noticiário, como ícones do bem e do mal que movimentam um formidável vídeo game. O estereótipo subjuga o homem. O líbio Muammar Kadhafi, o iraquiano Saddam Hussein e o cubano Fidel Castro são eternos demônios no circo da notícia. Madre Teresa, o papa, Lady Di, santidades iluminadas. Yasser Arafat, anjo mau de outrora, subiu aos céus à medida que começaram os acordos de paz com o primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, sacramentados num encontro histórico em setembro de 1995 em Washington, mediado e abençoado pelo presidente americano Bill Clinton. A imagem dos três, com Clinton ao centro, virou um novo símbolo da paz mundial.

Eugênio Bucci faz um paralelo com as teorias dos sociólogos Adorno

e Horkheimer, que escreveram sobre a indústria cultural e os seus males na sociedade moderna, e também com o jornalismo que é praticado atualmente, direcionado à indústria de consumo. Para Eugênio Bucci, o jornalista trabalha para satisfazer o público, cativá-lo, “encarna os desejos do consumidor”. E diz que, a exigência de um texto claro e conciso, de uma diagramação leve e atraente, não é uma exigência dos patrões e, sim, do mercado.

Na mídia contemporânea, o que fala com muita força é a lógica do desejo voltada para o consumo. O que hoje prevalece é muito menos o que pretendem os proprietários ‘dominantes’ (embora esse retrato esteja ali) e muito mais a expressão de demandas de consumo. A mídia em geral e o jornalismo em particular são moldados por essas demandas. Muitas vezes, supõe-se que o jornalista é um serviçal da ‘classe dominante’ e que escreve o que o patrão lhe pede. Não é assim que funciona. O jornalista, se for um serviçal, é antes o criado dos desejos de consumo; ele encarna mais os desejos do consumidor que os estratégias do patrão. Nessa perspectiva, o que é notícia? Notícia é aquilo que vende jornal. Aí é que está a cilada.

No 11 de setembro de 2001, as edições extras dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* não apresentaram análises geopolíticas e não divulgaram, com o mesmo peso que foram impressas as declarações de chefes de estados americanos, as versões dos supostos países envolvidos nos fatos. Ficou claro por meio dos títulos *Terror sem limites* e *a Era do terror*, a tendência da imprensa em mostrar os EUA como a principal vítima dos atentados terroristas.

Quando perguntada sobre o código de ética do jornalista, que pede ao repórter o compromisso com a informação, a ouvir os dois lados envolvidos, analisar e confrontar assuntos para que o cidadão possa discutir, e por que os jornais no 11 de setembro não mostraram isso, a jornalista

Eliane Cantanhêde foi enfática: “Ainda falando em tese, não em relação a essas edições específicas: que jornais brasileiros teriam condições, naquele momento, de ouvir e decodificar a versão do lado árabe? Aí funciona também uma questão de ‘oferta de produtos’: **havia muitíssimo material de um lado, o americano, e praticamente nenhum do outro, dos árabes. Isso pode ter desequilibrado, inclusive por causa da urgência, da falta de tempo.**”

A opinião do jornalista Bernardo Ajzenberg é complacente com a postura da imprensa no dia do atentado às torres gêmeas. “Trabalha-se com aquilo que é possível trabalhar. Sem as agências internacionais, infelizmente, a situação seria pior. O importante é estabelecer alguns parâmetros de seleção de material, algo, aliás, inerente ao trabalho de qualquer jornalista sério”.

### *A descontextualização e a manipulação da notícia*

**C**onsiderado um dos maiores jornais do mundo, o *The New York Times* teve que publicar um artigo no qual apontava os erros de apuração do repórter Jayson Blair. **Das 75 reportagens feitas pelo jornalista, 36 não traziam informações fidedignas.** No 11 de setembro de 2001, Blair havia dito que perdera um primo na queda das torres gêmeas. Ele forneceu o nome do suposto parente morto, pois não queria escrever as vinhetas para um caderno especial que o jornal publicaria sobre as vítimas dos atentados. Depois descobriram que Blair não mantinha nenhum tipo de parentesco com a família da vítima.

Em um artigo publicado no site do *Observatório da Imprensa*, Luiz Weis<sup>63</sup> cita alguns erros que o jornal *The New York Times* publicou em toda sua história.

Nos anos 1930, o correspondente do *NYT* em Moscou, Walter Duranty, deliberadamente encobriu os crimes de Stalin e defendeu a legitimidade da farsa judicial dos processos movidos pelo ditador contra os seus rivais, com as hediondas conseqüências que o mundo inteiro viria a conhecer. ‘O *Times*’, diz o artigo, ‘ainda mantém orgulhosamente o nome de Duranty entre os seus ganhadores de prêmios Pulitzer’.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o *NYT* tomou a decisão de ‘suprimir a cobertura do Holocausto em que 6 milhões de judeus foram exterminados’. (Para vencer as fortes resistências internas à entrada dos EUA na guerra — antes de Pearl Harbor, bem-entendido, em fins de 1941 —, os seus defensores de fato trataram de pôr em segundo plano o extermínio, ainda não-industrializado, dos judeus nos países ocupados pela Alemanha desde 1939. A idéia era evitar que as pressões em favor do engajamento americano no conflito fossem caracterizadas pelos adversários como uma tentativa de subordinar as decisões da Casa Branca aos ‘interesses judaicos’). O anti-semitismo era forte na América de então. A política editorial do *NYT*, um jornal cujos donos eram judeus, traduzia essa preocupação — o que mais tarde lhe valeria, e ao *establishment* judaico-americano em geral, críticas devastadoras).

Entre 1999 e 2000, o *NYT*, numa sucessão de reportagens, acusou o cientista sino-americano Wen Ho Lee de espionagem. Depois de nove meses presos, Lee foi solto sem julgamento porque o FBI não conseguiu comprovar nenhuma das denúncias do jornal. A Casa Branca classificou as matérias do *NYT* como ‘**reportagens investigativas beirando a histeria**’. Nota o artigo que o jornal se limitou a desculpar-se, ‘a contragosto’, pelas falsas acusações a Lee, e não puniu nenhum dos repórteres envolvidos. (Quando estourou o caso Blair, o episódio, até por ser recente, foi imediatamente lembrado por vários outros críticos americanos da mídia).

A repórter cinco estrelas Judith Miller publicou nos últimos meses várias matérias bancando a existência, ainda não comprovada, de armas de destruição em massa no Iraque. Judith tem ligações com o grupo pró-israelense *Middle East Fórum*, de ultradireita, que defendia a invasão, não só do Iraque, mas também da Síria e do Líbano. O *NYT* considerou que essas ligações não violam os padrões de objetividade do jornal.

Um incidente que marcou o *The New York Times* na década de 60, foi a decisão editorial do jornal de não ter dado destaque à matéria sobre a invasão da baía dos Porcos, em Cuba. Segundo o jornalista Gay Talese<sup>64</sup>, que escreveu um livro sobre a história do *Times*, a decisão do jornal de esconder do povo americano um fato como a invasão da baía dos Porcos, até mesmo o envolvimento da CIA, era do interesse nacional.

(...) Falava dos editores do jornal enfurecendo-se e discordando uns dos outros sobre como a história da pré-invasão deveria ser posta na primeira página, naquele final de tarde de 1961. Originalmente, lembrava Daniel, a matéria fora programada para ser a mais importante da primeira página. Mas o *publisher* Orvil Dryfoos, seguindo o conselho de seu amigo James Reston, mudou-a para um lugar menos destacado, minimizando seu título e eliminando qualquer referência à iminência da invasão. Dryfoos e Reston achavam que era do interesse nacional esconder do povo americano certos fatos vitais, inclusive o envolvimento da CIA. Outros editores do *Times*, entretanto, discordavam. Um deles, como Daniel revelou, ficou tão furioso que, trêmulo, ficou 'branco como cera', exigindo que o próprio Dryfoos descesse de seu escritório e ordenasse pessoalmente a autocensura do *Times*. Dryfoos o fez, justificando a medida com base na segurança nacional e na preocupação com a segurança dos homens que se preparavam para oferecer suas vidas nas praias de Cuba. Contudo, depois que a invasão fracassou, contou Daniel, até o presidente Kennedy reconheceu que o

*Times* talvez tivesse exagerado na sua preocupação de defender os interesses americanos; se tivesse publicado tudo o que sabia sobre a aventura cubana, sugeriu Kennedy, a invasão poderia ter sido cancelada e o fiasco sangrento, evitado.

Em junho de 1998<sup>65</sup>, o *The New York Times* publicou a confissão do repórter Stephen Glass, da revista *New Republic*, que dos 41 textos publicados, 27 não eram verdadeiros. A informação sobre a fraude foi impressa no dia primeiro de junho, quando a *New Republic* pediu desculpas por três matérias de Glass adulteradas. Como no caso de Jayson Blair, o semanário investigou as reportagens feitas por Stephen Glass e descobriu que o jornalista havia adulterado mais da metade.

Durante a tragédia do World Trade Center, os jornais que decidiram por publicar edições vespertinas, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, se basearam apenas em mostrar os fatos que ocorreram naquele 11 de setembro de 2001. Porém, não elaboraram textos de pesquisas, análises históricas e geopolíticas. De acordo com José Arbex Jr.<sup>66</sup>, as tecnologias da informação apresentam notícias e dados sobre determinado fato, mas, segundo o jornalista, chegam a fingir mostrar tudo. Porém nada é revelado.

O maior problema, para o pensamento crítico, é tornar visível não apenas o oculto, censurado ou ausente como texto ou imagem, mas o que as tecnologias da informação tornam aparentemente visível por um processo de exposição extrema que, fingindo tudo mostrar, de fato nada revela. A 'engenharia do consenso' opera com armas muito mais sutis e eficazes do que a censura bruta: sua matéria-prima são nossos próprios preconceitos e convicções, assim como nosso temor de enfrentar a instabilidade em um mundo cada vez mais complexo.

Os jornais brasileiros do 11 de setembro de 2001 não levantaram uma

questão crucial: sobre futuras perseguições contra os residentes árabes nos EUA, o que poderia ocasionar com a ajuda dos jornais americanos-partidários, em um ato de xenofobia ou deportações. Segundo Carlos Dorneles<sup>67</sup>, a mídia americana não publicava informações sobre árabes perseguidos e presos por autoridades, sem qualquer tipo de acusação.

Nem mesmo o número exato de prisões é conhecido até hoje. Em 16 de outubro de 2001, o secretário de Justiça John Ashcroft falou em 698 presos quando admitiu, como se fosse a coisa mais natural do mundo, que ‘nem sempre sabemos quem são de fato essas pessoas’. Cinco dias depois, os jornais falaram em mais de 800 presos. Posteriormente, o número aceito na imprensa passou para 1.200. Mas o governo americano nunca aceitou revelar nem sequer o número oficial de prisioneiros.

(...) O estado de histeria e xenofobia nos EUA acabou permitindo até a defesa de métodos antes inconfessáveis. No fim de outubro, o jornalista Jonathan Alter escreveu um artigo na revista *Newsweek* defendendo a tortura como método de confissão dos suspeitos presos. ‘É hora de pensar em tortura. É um mundo novo, e a sobrevivência pode muito bem requerer velhas técnicas que estavam fora de questão’. E Alter é considerado um jornalista ‘liberal’.

Não foi só ele. O advogado Alan Dershowitz, tido como defensor das liberdades civis, escreveu um livro depois de 11 de setembro em que admite o uso da violência. Ele cita como exemplo Israel, ‘onde o juiz decide se é o caso ou não de usar violência para obter uma confissão’. O livro de Dershowitz serviu de base para o artigo de Alter.

A imprensa também manteve um pensamento preconceituoso em relação ao islamismo. Carlos Dorneles explica que os periódicos internacionais e

brasileiros publicaram artigos mal fundamentados sobre o regime Islã.

O que impressiona é como a imprensa foi espelho fiel desse pensamento conservador, recrutando acadêmicos e traçando um perfil preconceituoso do Islã. Entre os jornais, o destaque foi *O Estado de São Paulo*. Duas semanas após os atentados, o Estadão reservou uma página inteira para Jacques Rollet, da Universidade de Rouen, na França, a quem o jornal chamou de ‘especialista na relação religião/política’. O título do artigo era ‘A origem do Islã já traz o germe do radicalismo’. Ele apoiou a tese de Huntington, do choque de civilizações, falou dos perigos do crescimento do islamismo e disse que foi o Islã, na sua essência, que tornou possível o fundamentalismo, assim como Lenin viabilizou o totalitarismo de Stalin.

Em seu livro *Confronto de fundamentalismo*<sup>68</sup>, Tariq Ali diz que a mídia americana transformou os atentados em espetáculos de clichês como “o mundo nunca será mais o mesmo”, “o mundo mudou para sempre” e outros. Tariq Ali acredita que é difícil aceitar a morte de quase 4 mil pessoas nos EUA como mais “hedionda do que as 20 mil vidas destruídas por Putin quando arrasou Grozny (capital da Chechênia) ou as baixas cotidianas na Palestina e no Iraque”.

A imprensa brasileira mostrou claramente a sua posição: divulgou, diante das quedas das torres gêmeas, que o atentado deveria ser considerado um ato de terror. Na verdade, o regime imperialista dos EUA não foi contextualizado nas edições extras e nem nos jornais do dia 12 de setembro. De acordo com Antônio Ribeiro de Almeida Júnior<sup>69</sup>, os EUA patrocinaram regimes ditatoriais e atos de terrorismo no mundo. E cita como exemplos: Coreia, Vietnã, Camboja, Laos, Iraque, Guatemala, Indonésia, Timor Leste, El Salvador, Chile, Nicarágua, Somália, Afeganistão etc. Países para os quais os EUA forneceram armas, realizaram treinamento militar e até mesmo apoiaram sistemas políticos. O autor também critica a posição da

mídia, que não tem divulgado informações sobre as intervenções militares dos americanos.

Recentemente, assistimos à guerra do Kosovo. Nela, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), liderada pelos EUA, bombardeou a ex-Iugoslávia sob o pretexto de que as forças sérvias estavam realizando uma limpeza étnica. Tudo moralmente justificável não fosse o fato de que, no mesmo período e com mais ou menos o mesmo nível de atrocidades, um membro da Otan — a Turquia — realizava limpeza étnica contra os curdos com armamentos e financiamento dos EUA. Seria o caso de perguntar seriamente por que a grande mídia internacional e brasileira não noticiou e não noticia fatos gravíssimos quando eles ferem a imagem dos EUA. Tal mídia desinforma mais do que informa. Ela promove um apoio que não seria obtido se as pessoas soubessem de todos os fatos relevantes para tomar posição. Por meio de seus filmes e noticiários, essa mídia nos acostumou a pensar em todo opositor dos EUA como terrorista frio e louco.

Noam Chomsky<sup>70</sup> disse que, para compreender o episódio do 11 de setembro, é preciso entender a simpatia de alguns países pela rede de Bin Laden. Ela ocorre devido à raiva em relação ao apoio que os EUA ofereceram a todo e qualquer tipo de regime autoritário e ditatorial. Para Chomsky, a guerra contra o terrorismo foi usada por Ronald Reagan, em seu governo, e cita o caso da Nicarágua, que provocou 57 mil vítimas, 29 mil mortos e a destruição de um país.

Um caso, o da Nicarágua, não deixa margem à dúvida: realmente foi decidido de modo categórico pelo Tribunal Penal Internacional de Haia e pela ONU. Pergunte-se a você mesmo quantas vezes esse precedente indiscutível de uma ação terrorista — à qual um Estado de direito quis

responder através dos meios do direito — foi evocado pelos principais comentaristas. E, no entanto, tratava-se de um precedente ainda mais radical que os atentados de 11 de setembro: a guerra do governo Reagan contra a Nicarágua provocou 57 mil vítimas, entre as quais 29 mil mortos, e a ruína de um país, talvez de forma irreversível.

Na época, a Nicarágua reagiu. Não explodindo bombas em Washington, mas submetendo o caso ao Tribunal Penal Internacional. Este, no dia 27 de junho de 1986, decidiu categoricamente a favor das autoridades de Manágua, condenando o ‘uso ilegal da força’ pelos EUA (que haviam minado os portos de Nicarágua), e determinando que Washington pusesse fim ao crime, sem esquecer de pagar vultosas perdas e danos. Os EUA replicaram que não acatariam a sentença e que passariam a não reconhecer a jurisdição do Tribunal.

A Nicarágua pediu então ao Conselho de Segurança da ONU a aprovação de uma resolução exigindo que todos os países respeitassem o direito internacional. Não se citava nenhum em particular, mas todos compreenderam. Os EUA votaram contra a resolução. Portanto, hoje, são o único país que, simultaneamente, foi condenado pelo Tribunal Internacional de Justiça e se opôs a uma resolução exigindo o respeito ao direito internacional. Depois, a Nicarágua dirigiu-se à Assembléia Geral da ONU. A resolução que propusera só três votos contra: dos EUA, de Israel e de El Salvador. No ano seguinte, a Nicarágua reivindicou a votação da mesma resolução. Desta vez, só Israel defendeu a causa do governo Reagan. A essa altura, a Nicarágua não dispunha de mais nenhum meio legal. Todos haviam fracassado em um mundo regido pela força. Este precedente não dá margem a qualquer dúvida. Quantas vezes falamos sobre ele na universidade, nos jornais?

## ANÁLISE DOS FATOS

### *Declarações de jornalistas e correspondentes*

Quando perguntada sobre a sua opinião em relação à cobertura da imprensa no 11 de setembro de 2001, a jornalista Julia Sant’Anna disse que “foi exatamente como tinha que ser. Repetitiva, dramática, mas todos esperavam isso. Precisava ser assim porque o mundo inteiro só ouvia, falava e via 11 de setembro”. Para a jornalista Eliane Cantanhêde, a imprensa fez o possível para cobrir os acontecimentos do World Trade Center. “Pelo que me lembre, acho que a imprensa fez tudo o que estava a seu alcance naquele momento: contar o que houve, analisar, fazer projeções. Poderia ser melhor? Tudo sempre pode ser melhor”. Da mesma opinião compartilha o jornalista Flávio Henrique Lino. “Acho que no geral a imprensa correspondeu à expectativa que as pessoas tinham de geração de informação sobre o evento”. Segundo o sociólogo Ronaldo Helal, a cobertura da imprensa sobre as quedas das torres gêmeas não poderia ter sido de outra maneira. Para ele, os *bloggers* tiveram um peso muito grande na divulgação das informações. O que ocorreu foi que, naquele dia, os sites e portais ficaram fora do ar por não ter suportado uma demanda jamais esperada pela rede mundial de computadores. Portanto, alguns sites como *UOL*, *The New York Times*, *AOL* e outros tiveram que remodelar suas páginas, pois comprometiam toda a estrutura de navegação da rede. Como os *bloggers* são páginas que não exigem tecnologia avançada, códigos em ASP, Java e *e-commerce*, eram os únicos meios de notícias disponíveis naquele momento. “Não imagino que pudesse ter sido de outra forma. Foi algo inesperado. Os *bloggers* tiveram um papel importante no dia do atentado. Como lhe disse, se fosse somente no Pentágono, a história teria sido outra. Todos condenaram a atitude, mas nem todos apoiaram a reação bélica do governo americano.

Como cidadão brasileiro, filho de americano, neto de imigrantes sírios e bisneto de libaneses, mas que morei em Nova York por cinco anos, fiquei profundamente abalado e me senti atacado também (repito, porque foi em Nova York!). Você quer saber? No momento chorei muito e por vários dias, mesmo depois que consegui falar com meus amigos americanos e brasileiros que moram lá. Fiquei profundamente deprimido. Nova York não é uma ‘típica cidade americana’. Metade da população é imigrante. Povos de todo o mundo habitam a cidade. Mas em nenhum momento também deixei de entender de que o ataque era uma reação daqueles que não são império e que são oprimidos por este. Me incomoda o fato de que os americanos (digo em média) não têm idéia de que a política externa agressiva de seus governantes coloca em risco a vida dos cidadãos americanos ou residentes nos EUA”.

Oferecer informações à classe média carioca. De acordo com o jornalista Chico Bruno, as edições “atingiram os objetivos de saciar a classe média carioca (o nicho de seus leitores), que culturalmente se sente impactada por tudo o que acontece fora da normalidade”. O jornalista Bernardo Ajzenberg acredita que a cobertura sobre o 11 de setembro estava à altura da imprensa internacional. Segundo ele, no início das notícias sobre o desabamento das torres gêmeas, havia certa inclinação, por parte da imprensa, em relação à posição dos americanos diante dos fatos. “Acho que, no geral, foi uma cobertura à altura da melhor imprensa internacional. Politicamente, houve, em especial no começo, certa inclinação pró-americana. Mas creio que isso, aos poucos, foi se modificando. No caso da *Folha de São Paulo*, a mudança foi muito nítida”.

Para o jornalista Bernardo Ajzenberg, quando perguntado o porquê dos jornais brasileiros serem influenciados pelo “grito de guerra” promovido pelos americanos, disse: “Acho que em boa medida foram, sim. Mas não apenas por isso. Também pelo impacto que os acontecimentos efetivamente tiveram no Brasil”. Indagado sobre por que os periódicos enfatizaram que



a guerra era “contra o terror”, ele foi enfático: “As indicações, até aquele momento, apontavam para o Al Qaeda, não?”.

De acordo com Ronaldo Helal, por ter sido um ataque a um símbolo expressivo da cultura, como foi o caso das torres do World Trade Center, era provável a mídia sofrer alguma influência dos EUA. Para ele, esta influência não foi adotada por todos, houve resistências e oposições à opinião dos EUA. “Como foi um ‘ataque’ a um símbolo expressivo (refiro-me especialmente às torres gêmeas) da cultura ocidental capitalista e industrial, era inevitável sofrer alguma influência do ‘grito de guerra’ dos EUA. No entanto, esta influência não se deu de forma homogênea, sem resistências, oposição e vozes contrárias. Houve até um crescente sentimento anti-americano, do tipo, ‘bem-feito, eles mereciam isso etc.” Não há como negar que quem não é império, e ainda se encontra muito distante de se tornar próximo disso, tende a ter uma posição bastante ambígua em relação ao império. No caso específico dos EUA, verificamos isto na forma de discursos que se entrecruzam, enaltecendo a organização da sociedade, seu desenvolvimento econômico e científico, com outros que falam da arrogância, ignorância em relação ao ‘resto do mundo’, etnocentrismo e outras coisas mais. Enfatizo que a repercussão do atentado ganhou a dimensão que teve devido ao ataque ao World Trade Center. Se tivesse sido somente ao Pentágono, a repercussão teria sido muito menor e os discursos muito menos ambíguos. Nova York é um ícone do capitalismo, mas também do entrecruzamento de diversas culturas, tribos urbanas e alternativas etc. Mesmo para a classe média que não morou lá, mas já visitou a cidade, a metrópole exercia um certo fascínio justamente pelo número de imigrantes, recursos tecnológicos, opções culturais etc”.

Após ser divulgado a primeira notícia sobre o atentado, textos de agências internacionais empilharam-se nas mesas dos editores, os quais foram utilizados nas edições extras e do dia seguinte. Perguntado a jornalista Eliane Cantanhêde se não seria perigoso para os leitores, consumirem

informações apuradas por veículos internacionais, ela disse: “Perigoso é, sim. Por isso, a Folha sempre envia repórter próprio, como naquele momento para os EUA e também para Kosovo, para o Afeganistão, e agora para o Iraque. Mas você tem outra alternativa senão usar bastante as agências de notícias? Qual o contraponto?”. Segundo Ronaldo Helal, a utilização de matérias de agências internacionais é um dos “problemas que o jornalismo deve enfrentar em tempos de globalização. Mas continuo achando a mídia brasileira com muito mais capacidade de investigar os fatos por si do que ficar dependendo exclusivamente das agências de notícias. Muitas vezes eles dão a notícia, mas a interpretam, não deixando que as informações falem por si só. Aliás, este é outro tema interessante. Existe jornalismo 100 por cento informativo? Creio que não. Todos são, em certo sentido, opinativos”.

Para o jornalista Bernardo Ajzenberg, os jornais precisam ser transparentes ao passar para os leitores que houve limitações no seu conteúdo. “A transparência, nesses casos, é essencial”. Segundo Ricardo Boechat, “era natural que as fontes norte-americanas, por estarem no epicentro da tragédia, ocupariam espaço importante no noticiário. No caso do *Jornal do Brasil*, os artigos de Millôr Fernandes e Emir Sader faziam críticas à política militar e externa dos EUA. O de Osias Wurman já apontava a origem dos ataques na organização dirigida por Bin Laden, isentando os palestinos das suspeitas que muitos ainda levantavam. O que de distorcido se divulgou sobre os atentados? Não vi isso. Pode-se discutir a linha editorial de alguns jornais, favorável a reações bélicas de grande escala por parte dos americanos e às medidas restritivas de liberdades individuais que, num primeiro momento, o governo Bush defendeu. Mas esse não foi o caso do *JB*”.

O jornalista acredita que, durante os atentados às torres gêmeas, não havia outras fontes de informação senão as agências de notícias. Segundo ele, os americanos cuidaram para que as fontes de informações naquele 11

de setembro de 2001 fossem somente a deles. “Não havia outras fontes a que recorrer. Os americanos já providenciaram, há muito, que as deles fossem as únicas. Os intelectuais de outros países — por exemplo, os teóricos em comunicação — fizeram o resto, impedindo que o jornalismo adquirisse pelo mundo padrões de autonomia e competência capazes de gerar outros pólos de difusão. Em muitos países, Brasil entre eles, não tiveram sozinhos esse mérito: governos autoritários ajudaram. Como ajudam, por exemplo, nos países árabes”.

Perguntado sobre quais os aspectos que não foram noticiados pela mídia no 11 de setembro, o sociólogo Ronal Helal disse que os periódicos brasileiros deveriam mostrar aos leitores e telespectadores o que a mídia americana publicou ou não, em relação aos atentados. “No caso brasileiro, talvez fosse interessante produzir mais matérias que nos informassem o que a mídia americana publicou ou deixou de publicar. Note que isto aconteceu recentemente quando os americanos pediram para que se utilizasse o acordo de Genebra ao tratamento de prisioneiros de guerra. O *Jornal Nacional* (*Rede Globo*, direita, conservadora etc.) mostrou imagens fortes do tratamento que os americanos estavam dando aos prisioneiros iraquianos. Você pode não gostar do que vou lhe dizer. Fui totalmente contra os atentados e contra a reação do governo americano. Mas há uma lógica de estratégia política nisso aí. Décadas atrás, os EUA tinham seu antagonista, a poderosa URSS. Com o fim da URSS, eles ficaram absolutos no planeta. Todo império quer se manter império e para isso é preciso alcançar pontos estratégicos. Aquela região (Iraque) é estratégica, não somente em termos de petróleo, mas em termos de água e posição geográfica. China está crescendo e Rússia está se organizando, sem contar com países que não são império, mas são potências, como França e Alemanha. Sou um pacifista de carteirinha, mas olhando com distanciamento, consigo entender a ação americana. Entender, não apoiar! Se eles conseguirem negociar um estado palestino sem irritar demais o governo israelense, o império americano se

garante por mais algumas décadas. Olhemos para trás e você vai verificar que, em termos históricos, o domínio americano é recente. Portugal e Espanha na Idade Média e mesmo a Inglaterra pós-revolução industrial ficaram mais tempo no topo. O império romano então, nem se fala. Sem seu antagonista, os EUA passaram a temer o inimigo invisível qualificado de terror. Com o terror não há como negociar. Se eles conseguirem o apoio dos países árabes, pós-criação de um estado palestino, vai ser difícil alguma potência ameaçar o império, pelo menos, por um século. Mas não estou certo de que eles vão obter êxito. Bush é megalômano e sua megalomania pode lhe trazer dividendos irre recuperáveis.”

E quando perguntado a Nilson Lage o porquê dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* resolveram lançar uma edição extra, ele disse: “O *Estadão* talvez não tenha conseguido avaliar as conseqüências para o mercado do café e a *Folha* não soube que posição tomar para fingir ser progressista sem se comprometer. Falando sério, acho que os paulistas têm olho mais atento à caixa registradora: edição extra com distribuição precária nas bancas dá prejuízo e ainda corre o risco de frustrar o assinante que não recebe seu exemplar pela via habitual”.

Segundo Ricardo Boechat, a edição extra não teve o intuito de elucidar detalhes do acontecimento e, sim, mostrar o fato de que os EUA estavam “sendo alvo do maior ataque terrorista da história. Os atentados estarão presentes por muitos anos na memória da opinião pública mundial e representaram o advento de uma nova realidade planetária, impensável até a véspera. **O lançamento da edição extraordinária refletiu o caráter igualmente extraordinário daquele acontecimento.** Não tenho a menor dúvida de que o *JB* fez a escolha jornalística correta. E a reação dos leitores mais que endossou essa verdade”.

## CONCLUSÃO

A imprensa se mostrou deficiente na cobertura no 11 de setembro de 2001. As emissoras de televisão e a internet tiveram o papel de informar o factual. O jornalismo impresso se limitou apenas a apresentar os fatos já divulgados pela mídia eletrônica e digital. Para ser mais preciso, não haveria motivos de gastar dinheiro com gráfica, papel e tinta, pois as edições extras dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* foram limitadas e muitas nem chegaram à mesa do assinante.

Como os jornais não mantêm correspondentes no exterior por causa do seu custo elevado, as informações impressas naquele dia fatídico foram, em sua maioria, de agências de notícias. Recheadas de depoimentos de personalidades e intelectuais aterrorizados com as imagens transmitidas pela televisão, os periódicos adotaram a opinião dos EUA e incitaram em seus títulos o *terror*. Mas contra quem? Na verdade quem praticou o *terror*? Se os jornais tivessem adotado uma postura mais analítica e contextualizada diante dos fatos, os leitores saberiam que os EUA também já praticaram e financiaram atos de terrorismo. Sem perder tempo com incidentes menos conhecidos e tampouco citados neste estudo, vale citar alguns exemplos já apresentados durante a pesquisa: Nicarágua, Chile, Israel, Kosovo, Iraque e o próprio Afeganistão. As matérias publicadas no 11 de setembro de 2001 pelos jornais aqui analisados só apresentaram a versão dos americanos, que também decidiram quem seria o principal suspeito, ou melhor, o culpado: Osama bin Laden.

A imprensa não respondeu a uma pergunta crucial para elucidar a gênese do atentado: como os terroristas conseguiram furar o bloqueio da segurança? Os EUA são um país que investe anualmente cerca de 30 milhões de dólares em equipamentos de segurança. Para o jornalista Ricardo Boechat, estas informações se tornaram irrelevantes diante dos fatos. Os jornais também fizeram uma comparação a Pearl Harbor. Só

que se esqueceram de informar que, na Segunda Guerra Mundial, os japoneses bombardearam uma base militar americana nas ilhas do Havaí. A comparação a Pearl Harbor foi desnecessária. Só na Segunda Guerra Mundial morreram aproximadamente mais de 52 milhões de pessoas.

Mas os interesses ideológicos e a manipulação de informações não podem ser considerados um mal deste começo de século. Entre os séculos XVI e XVII, reis e governantes proibiam a imprensa de publicar qualquer crítica à monarquia. Por assim dizer, o código de ética do jornalista profissional orienta o repórter a não aceitar a qualquer tipo de submissão a forças políticas, que impeçam a divulgação da verdade e de ouvir os dois lados envolvidos em um acontecimento. Só que parece não ter funcionado no 11 de setembro de 2001.

Talvez um futuro incerto esteja à espera do jornal impresso. Se os matutinos deixarem de assumir sua função – de investigar, analisar, contextualizar, apresentar os fatos de todos os lados envolvidos em um conflito – para tentar acompanhar a velocidade com que a internet e a televisão têm agido, em seu intento por divulgar informações em menor tempo, e se considerarmos os altos custos gráficos, os jornais podem se transformar em meras simulações de veículos digitais.

## NOTAS

- (1) COBERTURA histórica. **Época**, São Paulo, 17 set. 2001. Pág. 51.
- (2) JORNAIS de todo o mundo lançam edições extras sobre os ataques. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 set. 2001. Pág. 21.
- (3) JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 11 de set. de 2001.
- (4) FEDERAÇÃO Russa. **Almanaque Abril**. São Paulo, abr., 2000. Pág. 210.
- (5) EDIÇÃO especial esgota rapidamente. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 set. 2001. Pág. 21.
- (6) ERBOLATO, Mario. **Técnicas de Codificação em Jornalismo**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991. Pág. 197.
- (7) Idem. Pág. 203.
- (8) ANDRADA, Arbex e a Reuters em Miami. **Comunique-se**, 23 abr. 2003.  
Disponível em: <http://www.comunique-se.com.br>. Acesso em: 23 abr. 2003.
- (9) SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. Pág. 15.
- (10) O GLOBO. Rio de Janeiro, 11 set. 2001. Pág. 8.
- (11) DORNELES, Carlos. **Deus é inocente: a imprensa, não**. São Paulo: Globo, 2002. Pág. 120.
- (12) A DESCOBERTA da vulnerabilidade. **Veja**, São Paulo, 11 set. 2002.
- (13) KOTSCHO, Ricardo. 4. ed. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 2000. Pág. 28.
- (14) O GLOBO. Rio de Janeiro, 11 set. 2001. Pág. 5.
- (15) JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 11 de set. de 2001. Pág. 6.
- (16) ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnalismo, a notícia como espetáculo**. 2. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2002. Pág. 32.
- (17) CRÔNICA de uma cobertura pífia. **Observatório da imprensa**, 19 set. 2001.  
Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>.  
Acesso em: 19 set. 2001.
- (18) O GLOBO. Rio de Janeiro, 11 set. 2001.
- (19) JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 11 de set. de 2001.
- (20) BOA e velha TV supera internet. **Observatório da imprensa**, 19 set. 2001.  
Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>.  
Acesso em: 19 set. 2001.
- (21) TERROR e horror. **Acesso.com**, 13 set. 2001.  
Disponível: <http://www.acesso.com.br>. Acesso em: 13 set. 2001.
- (22) ALVES, Ivson. O duelo. **Comunique-se**, 17 set. 2001.  
Disponível em: <http://www.comunique-se.com.br>. Acesso em: 17 de set. 2001.
- (23) AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. 1. ed. Porto Alegre: Sagra-D.C. Luzzatto, 1996. Pág. 47.
- (24) SOARES, Marcelo. **Arquitetura da destruição**. Em crise, 1 jun. 2002.  
Disponível em: <http://www.emcrise.com.br>. Acesso em: 1 jun. 2002.
- (25) O GLOBO. Rio de Janeiro, 11 set. 2001.
- (26) JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 11 set. 2001.
- (27) O GLOBO. Rio de Janeiro, 11 set. 2001. Pág. 10.
- (28) JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 11 set. 2001. Pág. 3.
- (29) O GLOBO. Rio de Janeiro, 11 set. 2001. Pág. 7.
- (30) CHOMSKY, Noam. **11 de setembro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Pág. 29.
- (31) O HORROR à violência não tem fronteiras. **O Globo**. Rio de Janeiro, 11 set. 2001. Pág. 7.
- (32) ARBEX JÚNIOR, José, op. cit., Pág. 65.
- (33) JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 11 set. 2001. Pág. 7.
- (34) O GLOBO. Rio de Janeiro, 11 set. 2001. Pág. 7.
- (35) SANTOS, Joaquim Ferreira. O novo estilo das guerras. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 set. 2001. Internacional. Pág. 8.
- (36) CHOMSKY, op. cit., Pág. 12.
- (37) O GLOBO. Rio de Janeiro, 12 set. 2001. Carta dos leitores. Pág. 21.
- (38) O ATENTADO que abalou o mundo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12 set. 2001. Editorial. Pág. 8.

- (39) DORNELES, op. cit., Pág. 155.
- (40) Idem, Pág. 19.
- (41) ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. Pág. 83.
- (42) MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988. Pág. 153.
- (43) KRAMER, Dora. Coisas da política. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 set. 2001. Pág. 2.
- (44) SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- (45) SANTOS, Reinaldo. **Vade-Mécum da comunicação**. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora Destaque, 1998. Pág. 18.
- (46) THOMPSON, B. John. **A mídia e a modernidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. Pág. 137.
- (47) ERBOLATO, Mário. **Dicionário de propaganda e jornalismo**. São Paulo: Papyrus, 1985. Pág. 140-141.
- (48) MORAIS, Orlando. **Chatô: o rei do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000. Pág. 352.
- (49) GARCIA, Luiz. **Manual de redação de o Globo**. 25. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1998. Pág. 112.
- (50) \_\_\_\_\_. **O mundo, esse lírio**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2000. Pág. 144.
- (51) EMBAIXADOR palestino pede responsabilidade à imprensa. **Folha On line**, 11 set. 2001. Disponível em: <http://www.uol.com.br/ultnot/ult265u4803.shl>. Acesso em: 11 set. 2001.
- (52) O GLOBO. Rio de Janeiro, 11 set. 2001.
- (53) **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 11 set. 2001.
- (54) CÓDIGO de conduta dos jornais.  
Disponível em: <http://www.paramasmaquinas.com.br>. Acesso em: 27 mai. 2003.
- (55) SÃO PAULO, Folha. **Novo manual de redação**. 9. ed. São Paulo: **Folha de São Paulo**, 2000. Pág. 17.
- (56) DINES, Alberto. **O papel do jornal**. 5. ed. São Paulo: Summus, 1986. Pág. 120.
- (57) ARBEX JÚNIOR, José, op. cit., Pág. 130.
- (58) DORNELES, Carlos, op. cit., Pág. 27.
- (59) ROSSI, op. cit., Pág. 49.
- (60) BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Pág. 30-31.
- (61) Idem, Pág. 36.
- (62) Idem, Pág. 142.
- (63) WEIS, Luiz. This is The New York Times. **Observatório da Imprensa**, 20 mai. 2003. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 20 mai. 2003.
- (64) TALESE, Gay. **O reino e o poder: uma história do New York Times**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000. Pág. 17.
- (65) DINES, Alberto. Folha: novo surto de 'pesquisótica'. **Observatório da Imprensa**, 20 jun. 1998. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em 20 jun. 1998.
- (66) ARBEX JÚNIOR, José, op. cit., Pág. 205.
- (67) DORNELES, Carlos, op. cit., Pág. 138.
- (68) ALL, Tarique. **Confronto de fundamentalismos**. Rio de Janeiro: Record, 2002. Pág. 404 - 405.
- (69) RIBEIRO, Júnior de Almeida Antônio. Mal versus mal. **Observatório da Imprensa**, 19 set. 2001. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 19 set. 2001.
- (70) A ARMA dos poderosos. Texto extraído de uma conferência realizada no Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT). Disponível em: <http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/chomsky/17armapoderosos.htm>. Acesso em: 18 de outubro de 2001.

## GLOSSÁRIO

**Briefing** – (ing. Publ.) – Resumo, escrito, de diretrizes transmitidas aos que irão executar um trabalho de criação publicitária.

**Blogger** – Site de fácil manutenção, semelhante a um diário.

**Clichê** – (Tip.) – Reprodução, para impressão, de fotos e/ou desenhos.

**Intertítulo** – (Jorn. Tip.) – Pequeno título colocado no meio de uma composição (matéria). Pode ser no mesmo corpo ou em outro, pouco maior.

**Lead** – (ing. Jorn.) – Abertura da notícia, resumindo-a e respondendo às clássicas perguntas: Quem (Q)?, Que (Q)?, Quando (Q)?, Onde (O)?, Por quê (P)? e Como (C)?.

**Publisher** – (ing. Jorn.) – Editor (de jornal ou revista).

## LEITURAS SOBRE O TEMA

ALI, Tarique. Confronto de fundamentalismos. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ALMANAQUE ABRIL. 26. ed. São Paulo: Abril, 2000.

AMARAL, Luiz. A objetividade jornalística. 1. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1996.

ARBEX JÚNIOR, José. Showrnlismo, a notícia como espetáculo. 2. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

BUCCI, Eugênio. Sobre ética e imprensa. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHOMSKY, Noam. 11 de setembro. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DINES, Alberto. O papel do jornal. 5.ed. São Paulo: Summus, 1986.

DORNELES, Carlos. Deus é inocente: a imprensa, não. São Paulo: Globo, 2002.

ERBOLATO, Mário. Técnicas de codificação em jornalismo. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

ERBOLATO, Mário. Dicionário de propaganda e jornalismo. São Paulo: Papyrus, 1985.

GARCIA, Luiz. Manual de redação do Globo. 25. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1998.

GARCIA, Luiz. O mundo, esse lírio. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2000.

KOTSCHO, Ricardo. A prática da reportagem. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação de massa. São Paulo: Cultrix, 1969.

MORAIS, Orlando. Chatô: o rei do Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

MEDINA, Cremilda. Notícia, um produto à venda. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

RÉMOND, René. O século XX: de 1914 aos nossos dias. São Paulo: Cultrix.

ROSSI, Clóvis. O que é jornalismo. 5.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SANTOS, Reinaldo. Vade-Mécum da comunicação. 12.ed. Rio de Janeiro: Editora Destaque, 1998.

SÃO PAULO, Folha. Novo manual de redação. 9. ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000.

SODRÉ, N.W. História da imprensa no Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TALESE, Gay. O reino e o poder: uma história do New York Times. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

THOMPSON, B. John. A mídia e a modernidade. 2 .ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

### *Revistas, jornais e sites*

ACESSO.COM. <http://www.acao.com.br>. 13 de set. de 2002.

COMUNIQUE-SE. <http://www.comunique-se.com.br>. 19 de set. de 2001.

EM CRISE. <http://www.emcrise.com.br>. 1 de jun. 2002.

ÉPOCA. São Paulo. 17 de set. de 2001.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 11 de set. de 2001.

O GLOBO. Rio de Janeiro. 11 de set. de 2001.

O GLOBO. Rio de Janeiro. 12 de set. de 2001.

VEJA. São Paulo. 11 de set. de 2002.

*Impresso em agosto de 2005 pela  
Editora Armazém Digital  
em papel Filicoat 90g e  
fonte Garamond.*



ANÁLISE. PRECISÃO. INDEPENDÊNCIA. CONTEXTUALIZAÇÃO.  
**HISTERIA A MILHÃO NAS REDAÇÕES.**  
PÂNICO. TERROR. HORROR. MANIPULAÇÃO.  
BABILÔNICA HOLLYWOODIANA NAS MANCHETES DE JORNAIS.  
**FATOS DETURPADOS PRO CONSUMO.**  
CONTRADIÇÕES DESVELADAS. DESINFORMAÇÃO.  
CANIVETES. CANIBAIS. AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS SUCURSAIS.  
**MONOCROMÁTICO OLHAR SUBMISSO.**  
CONCEITUAL SUPERFICIALIDADE ALIENANTE.  
PROFISSIONAL SUBMERSO. SUICÍDIO.  
**AMBÍGUA REALIDADE DEGUSTANTE.**  
IMPrensa HISTÉRICA. INFORMAÇÃO PREJUDICADA.

**DEVORE.**